



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O IMPERATIVO DA CULTURA SURDA NO PLANO
CONCEITUAL: EMERGÊNCIA, PRESERVAÇÃO E
ESTRATÉGIAS NOS ENUNCIADOS
DISCURSIVOS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Anie Pereira Goularte Gomes

Santa Maria, RS, Brasil

2011

O IMPERATIVO DA CULTURA SURDA NO PLANO CONCEITUAL: EMERGÊNCIA, PRESERVAÇÃO E ESTRATÉGIAS NOS ENUNCIADOS DISCURSIVOS

Anie Pereira Goularte Gomes

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a Márcia Lise Lunardi-Lazzarin

Santa Maria, RS, Brasil

2011

G633i Gomes, Anie Pereira Goularte

O imperativo da cultura surda no plano conceitual : emergência, preservação e estratégias nos enunciados discursivos / por Anie Pereira Goularte Gomes. – 2011.

101 f. ; il. ; 30 cm

Orientador: Márcia Lise Lunardi-Lazzarin

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2011

1. Educação 2. Discurso 3. Conceito 4. Cultura surda 5. Saberes sujeitos
I. Lunardi-Lazzarin, Márcia Lise II. Título.

CDU 376.33

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Terezinha Branco Gallotti – CRB 10/1109
Biblioteca Central UFSM

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**O IMPERATIVO DA CULTURA SURDA NO PLANO
CONCEITUAL: EMERGÊNCIA, PRESERVAÇÃO E
ESTRATÉGIAS NOS ENUNCIADOS DISCURSIVOS**

elaborada por
Anie Pereira Goularte Gomes

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA:

Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Rosa Maria Hessel Silveira, Dr^a. (UFRGS/ULBRA)

Madalena Klein, Dr^a. (UFPEL)

Luís Fernando Lazzarin, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 28 de março de 2011.

Dedico à minha família, em especial, ao pai, à mãe e à Ju; e à comunidade surda, que significo também como familiar.

AGRADECIMENTOS

Ao meu paizinho, *Deus*, pela “invisível evidência” de sua Vida em minha vida.

Aos meus pais, *Roosevelt e Gilca*, que, além de me darem a vida e de me ensinarem a vivê-la, me mostraram que a mais importante vida não é esta, mas a que fomos criados para eternamente viver. Sem eles, esta conquista não teria tanto sabor.

À minha irmã, *Neguinha*, pelo apoio incondicional e atemporal, companheira única e especial.

À minha orientadora, *Márcia*, por me tirar do caminho, ao invés de mostrá-lo, e com isso desconstruir minhas respostas, instigando muitas, muitas perguntas. Agradeço por me permitir partilhar de inúmeros momentos de aprendizagem em diferentes contextos, fazendo-me admirá-la como exímia pesquisadora.

Aos *surdos*, pelas trocas, momentos de discussão, vivências. Obrigada pela dupla cidadania concedida !!!

Às minhas colegas e amigas. À *Liane*, indiscutivelmente parte de todo o meu processo de escrita, entraves, discussões, madrugadas, medos e alegrias; e à *Mônica*, pela maturidade, parceria e total disposição em ajudar em cada etapa.

Às companheiras e companheiros *Nilza, Raisa, Ju, André, Wilson e Cris*, pelo irreverente jeito de animar e fazer parte da minha vida neste período tão importante.

Às amigas do Gipes, *Camila, Juliane, Fernanda, Simone, Carlinha, Daiane, Eliana e Priscila*, por terem me levado a admirá-las e por serem estímulo e motivação nessa trajetória.

À minha banca, *Professora Madalena, Professora Rosa e Professor Fernando*, pela leitura cuidadosa e ajuda nos direcionamentos da pesquisa.

Obrigada a todos que, de alguma forma, participaram desta conquista ou que simplesmente a tornaram mais brilhante por comemorá-la comigo.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

O IMPERATIVO DA CULTURA SURDA NO PLANO CONCEITUAL: EMERGÊNCIA, PRESERVAÇÃO E ESTRATÉGIAS NOS ENUNCIADOS DISCURSIVOS

AUTORA: ANIE PEREIRA GOULARTE GOMES

ORIENTADORA: MÁRCIA LISE LUNARDI-LAZZARIN

Data e local da defesa: Santa Maria, 28 de março de 2011

Este trabalho toma a centralidade da linguagem para compreender como se constituem os processos da conceituação do termo “cultura surda”, uma vez que este vem tomando status de verdade e realidade cada vez mais forte no universo acadêmico. O presente estudo apresenta uma forma de pesquisa que problematiza os enunciados que constituem uma trama discursiva acerca da cultura surda. O foco foi analisar como a cultura surda vem sendo narrada e pensada pelos próprios surdos e como vem se constituindo como um conceito, tomando significado “real” e tendo um papel fundamental na constituição do sujeito surdo. Nesse sentido, a cultura surda vem atuando como um conceito fechado e universal. O que instiga o olhar analítico são os saberes sujeitados da comunidade surda como forma de enunciação desse discurso cultural. Sobre esse amálgama de verdades socialmente autorizadas pelos surdos, a cultura surda vem se tornando um imperativo conceitual, convidando-nos a perceber essas enunciações, bem como a pensar e agir sobre elas. Essa conceituação torna-se um dispositivo que coloca em funcionamento práticas discursivas no que tange à surdez. O trabalho objetiva perceber o imperativo da cultura surda no plano conceitual e busca genealogicamente entender a emergência do tema, as verdades que o sustentam e as estratégias discursivas envolvidas nesse processo.

Palavras-chave: Discurso. Conceito. Cultura surda. Saberes sujeitados.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

THE IMPERATIVE OF DEAF CULTURE AT THE CONCEPTUAL LEVEL: EMERGENCE, PRESERVATION AND STRATEGIES IN DISCURSIVE ENUNCIATIONS

AUTHOR: ANIE PEREIRA GOULARTE GOMES

ADVISER: MÁRCIA LISE LUNARDI-LAZZARIN

Date and place of the defense: Santa Maria, March 28, 2011

This work has considered the centrality of language in order to understand how the processes of conceptualization of the term “deaf culture” have been constituted, as this concept has acquired a status of truth and reality that has become increasingly stronger in the academic environment. The text presents a kind of research that problematizes utterances that constitute a discursive web about deaf culture. The focus is on analyzing how deaf culture has been narrated and thought by the deaf themselves and how it has been constituted as a concept, thus acquiring a “real” meaning and having a fundamental role in the constitution of the deaf subject, despite acting as a closed, universal concept. The subjected knowledges of the deaf community, as a way of enunciation of this cultural discourse, have triggered the analysis. Under this blend of truths that have been socially authorized by the deaf, deaf culture has become a conceptual imperative, thus inviting us to perceive those enunciations, as well as reflect and act on them. This concept has become a device that triggers discursive practices related to deafness. This work aims at perceiving the imperative of deaf culture at the conceptual level and seeks to genealogically understand the emergence of such a theme, the truths that have supported it and the discursive strategies involved in this process.

Key Words: Discourse. Concept. Deaf culture. Subjected knowledges.

LISTA DE ANEXOS:

Anexo A - Glosa das perguntas direcionadas aos entrevistados.....	100
Anexo B - Crédito a arte visual.....	101

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	10
1.1 Acontecimentos, encontros e desencontros: uma trajetória não-linear	10
2 CAMINHOS DA PESQUISA	29
2.1 Situar teoricamente para encaminhar metodologicamente	29
2.1.1 A cultura surda como conceito: as facetas da nomenclatura na tentativa do “Conhecer para incluir” e “Afirmar para garantir”	30
2.2 Centralidade da cultura e o papel da linguagem na produção da alteridade surda	35
2.3 Metodologia	39
2.3.1 Trilhando o caminho da pesquisa	43
3 CONVERSANDO COM AS CONVERSAS: POSSIBILIDADE DE SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA CULTURA SURDA	49
3.1. DNA cultural? Cultura surda: uma semente sem plantio	49
3.2 A cultura surda como religião: o contato surdo-surdo	53
3.3. Cultura surda como experiência visual patenteada pelo sujeito surdo	55
3.4. Cultura surda: ser ou estar – eis a questão	59
3.4.1 Ouvinte: de fora para dentro X Surdo: de dentro para fora	60
3.5 Cultura surda – as muralhas do mundo surdo e a concessão de passaporte: codas, cônjuges e intérpretes	63
3.5.1. Cultura surda – libertação e manutenção: queima de sutiãs, fim da escravatura e oficialização da Lei de Libras	65
3.5.2 Comunidade em perigo = Cultura surda em extinção: Hibridez e “despurificação”	68
3.6 Cultura, sinônimo de língua?	69
4 TRAMAS DISCURSIVAS E O CONSUMO DA ALTERIDADE SURDA: POSSIBILIDADES E EFEITOS DO FUNCIONAMENTO DO CONCEITO DE CULTURA SURDA NO ÂMBITO ESCOLAR	73
4.1 Contornos e (des)contornos da cultura surda na escola	73
4.2 O fenômeno conceitual e a cristalização da cultura no essencialismo: as estratégias de resistência e o perigo do reducionismo categorizante	78
4.3 O fenômeno conceitual a cristalização da cultura surda no discurso da normalidade: da folclorização do sujeito à produção da alteridade deficiente	81
4.3.1 O imperativo da cultura surda no plano conceitual como forma salvacionista da lógica deficiente	85
5 NOTAS FINAIS	89
5.1 Parafraseando Hall: que surdo é esse da cultura surda?	89
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	99



“O que interessa não é investigar uma suposta metafísica da realidade; o que interessa é o sentido que damos ao mundo. E esse sentido só pode ser dado através de enunciados. Como já nascemos mergulhados no mundo da cultura, tomamos a linguagem como um recurso natural e de modo não problematizado, ignorando as regras segundo as quais os discursos se formam e se articulam.”

Veiga-Neto (2007, p.32)

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Acontecimentos, encontros e desencontros: uma trajetória não-linear

*“Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”
Foucault (2008, p. 8)*

Este texto procura expressar um diálogo entre vivências, situações, contextos e conversas que me interpelaram em relação ao “Universo Surdo” e elementos teóricos que me fizeram pensar na possibilidade desta dissertação.

Os primeiros episódios que me instigaram a pesquisar no campo teórico dos Estudos Culturais não se restringem aos dois anos de mestrado cursados. Muitas das próximas cenas descritas aconteceram ainda em minha adolescência com amigos surdos e, posteriormente, em situações de interpretação em cursos de graduação e pós-graduação, em rodas de conversas com colegas/pesquisadores surdos, em discussões políticas dentro da educação de surdos, seja em projetos, seja em possíveis desdobramentos funcionais dentro da Universidade Federal de Santa Maria, onde me encontro como funcionária, aluna e parceira de projetos vinculados à surdez.

Minha aproximação com a surdez nasce ainda criança, enquanto estudava e procurava aprender Libras com um polígrafo antigo que ganhara de um amigo surdo da vizinhança. Buscava aprender a língua para conversar com minha irmã, sem que meus pais percebessem o assunto que discutíamos. O interesse pela língua foi gradativo, e fui agregando novas amigas surdas tanto em minha cidade, quanto em outros espaços. Antes mesmo de optar pelo curso de graduação em Educação Especial, participava de projetos sociais com muitos surdos de diferentes níveis linguísticos, o que me possibilitou na época uma visão mais ampla da comunidade surda, sem os generalismos que costumam descrever o “surdo-padrão”.

Confesso que aquele universo visual me fascinava e, por que não dizer, me envolvia de uma forma quase folclórica, pois o interesse era no sentido de conhecer uma língua excêntrica e participar dela de uma forma ativa.

Durante minha graduação e pós-graduação (especialização), meus encontros com a surdez eram na esfera pessoal, pois esses processos formativos, apesar de serem na educação especial, não envolviam a surdez. Até mesmo os trabalhos de interpretação não envolviam a área profissional; entretanto, os atravessamentos com a surdez eram constantes. Esse envolvimento foi gerando alguns questionamentos, muitos dos quais eu não conseguia responder, e cada vez mais me aproximava acadêmica e profissionalmente dessas discussões.

Foi então que a leitura sistemática na área da surdez se tornou necessária, uma vez que optei por envolver-me de forma mais teórica e profissional com ela. Comecei a participar de grupos de pesquisa e extensão na área da surdez, a trabalhar em tempo integral como intérprete em diferentes Universidades, a atender alunos surdos em casa, enfim, houve uma torrente, uma avalanche de encontros com a surdez.

Naquele momento, encontrava-me em outra opção teórica e, com isso, outra forma de entender os discursos que envolviam a surdez. Na época, a teoria crítica era minha opção de pesquisa, e as ideias iluministas com teor salvacionista eram o que despertavam meu interesse metodológico para adentrar no campo teórico da surdez. Porém, durante essa trajetória, tive a possibilidade de participar do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES), bem como de disciplinas do mestrado em Educação, o que me aproximou das discussões pós-estruturalistas a que orientadas da professora Márcia Lise Lunardi-Lazzarin se vinculavam.

Posso dizer que foi nesse momento que iniciei de forma constante uma insatisfação com o já sabido, surgindo também um novo interesse, prazer e motivação para fazer pesquisa. Tomo as palavras de Corazza (2007, p. 108) para expressar o que senti no caminhar dessa escolha: “coragem, companheira/o. Não dá para desejar que o mundo seja leve, pois inventaste de ser intelectual”.

A entrada no mestrado significou um forte envolvimento teórico na área da surdez e principalmente um deslocamento teórico e um abandono das

metanarrativas e grandes verdades estabelecidas. A maneira de analisar, significar e interrogar tomava outro sentido, não mais aquele de encontrar uma resposta para a pergunta central, nem mesmo uma possível solução para o problema de pesquisa, que na época se configurava na seguinte interrogativa: “o que é a cultura surda?”. Depois de muitos conflitos, discussões, orientações, aulas e leituras, essa questão central passou por um refinamento metodológico, e a força analítica de trabalho foi entender o processo do imperativo da cultura surda na esfera conceitual, envolvendo a emergência desse termo, bem como sua permanência e constantes estratégias de “preservação”.

A cultura surda é um tema recorrente em vários cenários educacionais, políticos e sociais e ganha cada vez mais status de verdade e de realidade. Essa recorrência discursiva é o que, como pesquisadora, intento problematizar – não numa retrospectiva histórica ou meramente descritiva, nem na busca de essencialismos, mas a partir de um exercício analítico do imperativo desse termo. Procuro entender como os saberes e a produção do conhecimento acerca da cultura surda se constituíram ao longo dos anos e ainda vêm fortemente sendo inventados e reinventados a todo instante.

A cultura surda está sendo intimamente vinculada a uma noção de sujeito surdo, surtindo efeitos na produção desse sujeito e, conseqüentemente, na constituição de sua subjetividade. Foucault (1974, p.6) discute como as práticas sociais “podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeito e de sujeitos do conhecimento”. Portanto, entender as práticas sociais das comunidades surdas ao longo dos anos faz-nos perceber o “surgimento” do conceito de cultura surda, e estudá-lo significa também abordar entendimentos sobre o sujeito surdo.

Uma das razões que me levou a buscar um Programa de Pós-Graduação que trata das questões da surdez foi perceber os atravessamentos de um discurso sobre a cultura surda que se justifica através de um purismo cultural e se apropria de enunciados discursivos como estratégia política, funcionando como um conceito fechado e fixo, engendrando e justificando

práticas pedagógicas, constituindo e significando o ser surdo. Minha busca foi no sentido de justamente tensionar, desnaturalizar esse engessamento cultural.

O termo “cultura surda” começa a circular e a tomar grande importância nos discursos há aproximadamente 20 ou 25 anos e funciona como um conceito legitimado pela comunidade surda. Nesse sentido, costumava “brincar” com os surdos, dizendo que eu tinha uma dupla cidadania (surda e ouvinte) por me sentir próxima e integrante desse espaço culturalmente surdo. As respostas que obtinha deles eram: *“você até pode dominar a língua de sinais, mas a cultura surda é só dos surdos, é algo próprio, nosso”*. Foi a partir dessas conversas que comecei a pensar que sentidos a cultura surda tomava na comunidade surda. Muitas vezes, era entendida quase de uma maneira biológica e, em outros momentos, como estratégia de resistência. Eram comuns as frases como *“ouvinte que fala sobre cultura surda é como um branco que descreve as tribos indígenas: ele pode até observar nossos costumes, mas não sente o que é isso”*.

Cada vez mais, esse conceito denominado “cultura surda” instigava-me, e entender como ele emergiu enquanto força discursiva tão intensa, adentrando os mais diferentes cenários e movimentos na área da surdez, foi o que me motivou durante a pesquisa.

Como vivemos em uma sociedade moderna, nada mais coerente, então, do que “encontrar” as respostas e verdades do que seria “realmente” a cultura surda. Acredito que vale aqui narrar, dividir momentos e experiências de minha trajetória de pesquisa, que tomou outro rumo, outra significação, gerou conflitos e mudanças, desconstruindo verdades e impulsionando esta investigação.

Para Bauman (2003, p. 23), “a história não é uma linha reta nem um processo cumulativo, como a célebre ‘versão progressista’ gostaria que acreditássemos”. Este texto não transcorre de forma linear, trazendo minha trajetória acadêmica, mas traz consigo acontecimentos que me deslocaram de heranças modernas calcadas no Iluminismo. Elucidando essa questão, recorro a Veiga-Neto (2000, p. 57), que afirma que, ao dar as costas à metanarrativa, o pensamento pós-moderno opera o descentramento do sujeito, “que passa a ser visto como uma *invenção* iluminista e não mais como sua *descoberta*. Ao invés de derivar as práticas sociais, econômicas, culturais, políticas, etc. a partir do sujeito, a questão passa a ser: derivar o sujeito a partir dessas práticas”.

Com isso, tomo a ideia de um sujeito surdo discursivamente inventado, produzido em grande parte por enunciados de um discurso cultural, ao invés da ideia um sujeito transcendental que desde sempre existiu e que manteve sua essência cultural. Porém, essa “descoberta” cultural é recente.

A seguir, trago alguns episódios que me fizeram atentar para essa questão. Entretanto, não posso descrever fatos articulando-os apenas a partir de situações vivenciadas no tempo cronológico de pesquisa, pois foram experiências anteriores e também concomitantes ao estudo que geraram e ainda compõem o problema norteador deste trabalho.

Em uma das disciplinas de mestrado, assistindo ao “Abecedário de Deleuze”, ouvi o próprio autor falando que o escritor deve estar à *espreita* e que nossos *encontros* não são com as pessoas, e sim com as coisas – *encontro* que nos mobiliza, sendo um conjunto de conhecimentos adquiridos em um determinado campo. *Encontro* que também nos toca, que faz extrair uma ideia. E são esses *encontros*, acontecimentos e experiências que trago ao longo do texto, legitimados pelos *saberes sujeitos* do povo surdo e materializados pelas suas narrativas.

Antes de prosseguir com o texto, considero necessário explanar brevemente três ideias abordadas no parágrafo anterior e como elas “funcionam” no corpus textual, uma vez que foram extraídas de leituras de Deleuze e Foucault, respectivamente. São elas: *encontros*, *espreita* (Deleuze) e *saberes sujeitos* (Foucault).

Ao falar em *encontros* a partir da perspectiva deleuziana, remeto-me às mais distintas situações nestes últimos anos, convivendo e vivendo com o povo surdo. Tais situações, de alguma maneira articuladas a alguns apontamentos teóricos, deixavam-me um pouco incomodada, ou “tocada”, no sentido de que foram gerando um montante analítico e interesse pela pesquisa.

Todas essas experiências não formariam este corpus analítico se não fossem perpassadas pelo “*estar à espreita*”, que, conforme Deleuze, é algo do pesquisador. Retomar fatos tidos pelo senso comum, naturalizados, para alocá-los no campo da pesquisa e, por que não dizer, no campo científico só foi possível por meio de uma postura de *espreita*.

Nessa perspectiva, não sinto que apenas deva “ir a campo” de pesquisa, como muitos dizem, para “obter ou coletar” dados, pois “vivemos no campo” se

nosso olhar for distinto e atento ao cotidiano das práticas que envolvem nosso tema de pesquisa. Não muito distante da noção de *encontro* deleuziana, quando escrevo sobre minhas experiências, reporto-me à ideia de Larrosa (2008, p. 186) sobre a investigação educativa:

O que me proponho é fazer vibrar esse desejo de realidade com essas práticas e esses discursos que chamamos de investigação educativa... A experiência não é outra coisa se não a nossa relação com o mundo, com os outros e com nós mesmos. Uma relação em que algo nos passa, nos acontece. Então, o desejo de realidade está ligado à experiência, no sentido de que o real só acontece se experimentado, o real é o que nos passa, nos acontece na experiência.

Os atravessamentos, *encontros* e experiências que tematizam a cultura surda no meu trabalho derivam de *saberes sujeitos* do povo surdo sobre sua cultura. Existe uma clássica separação entre os saberes científicos e não-científicos, manifestando uma hierarquização de saberes e modos de conhecer. Entendo por *saberes sujeitos* do povo surdo o saber nativo, sem tutela, os saberes locais, singulares, que muitas vezes são desvalidados por um conhecimento histórico superior, erudito, exato e “verdadeiro”. Saberes esses, advindos e produzidos pelos surdos.

Atento para o fato de que não busco, da mesma forma que o saber científico, categorizá-los (saberes sujeitos), mas agrupá-los de forma sistemática para compreender como eles foram e são constituídos. Sendo assim, não pretendo apenas “buscá-los” em formas materializadas que são legitimadas e vêm tomando o sentido de “verdade instituída” em livros e artigos científicos, mas no que é produzido no cotidiano. Foucault (2008) argumenta que essa vontade de verdade se apoia sobre um suporte institucional, sendo reforçada e reconduzida por todo o conjunto de práticas, como a pedagogia, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora e os laboratórios de hoje – “sendo também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (Foucault 2008, p. 17).

A partir desse entendimento, acredito que posso seguir a descrição desses “*encontros*” que tive com a pesquisa, recheados de “*saberes*

sujeitados” do povo surdo acerca de sua cultura, a partir de um olhar a *“espreita”*.

O valor celebratório atribuído à cultura surda é um dos aspectos que permeiam as narrativas surdas em diferentes espaços e tempos. A cultura surda vem sendo tomada como objeto de estudo há pouco tempo, mas, pelas narrativas surdas, ela sempre existiu. Conforme os discursos surdos, era como se fosse boicotada e apagada por processos históricos de proibição do uso da língua de sinais e estímulo à oralidade. Percebe-se, nos discursos surdos, que, apesar dessa “afronta” à “verdadeira natureza surda” durante anos, tal essência sempre existiu e era nomeada como “jeito surdo”, “ser surdo”, “próprio jeito surdo”; apenas com o surgimento do termo “cultura surda” é que vai tomar caráter científico, sendo aceita e legitimada.

Em uma das ações do GIPES¹, em que nosso grupo de pesquisa mapeava a situação linguística e identitária de alunos surdos no Estado do Rio Grande do Sul, estes responderam um questionário com inúmeras perguntas; entre os temas abordados, estavam os processos culturais. Uma das questões pedia-lhes que indicassem quais palavras conheciam de uma lista oferecida. Vale lembrar que especificamente esse grupo de alunos a que me refiro não tinha domínio da Libras, não tinha contato com intérpretes, associações de surdos, enfim, não participava das lutas e militâncias que outras comunidades surdas hoje vêm instituindo.

A oralidade da Língua Portuguesa preponderava em relação à Língua de Sinais. O que me chamou a atenção foi que, no momento em que explicávamos as palavras da lista, os alunos não identificavam, nem ao menos entendiam o significado de grande parte delas, como, por exemplo: o que era um intérprete de Língua de Sinais, a Escrita de Sinais, Associações de Surdos, a própria Libras, Comunidades, etc. Porém, quando sinalizei “Cultura Surda”, grande parte foi incisiva ao dizer que conheciam tal sinal, que era algo próprio daquele grupo, expressando uma ideia de pertencimento, como algo inerente a eles. Provavelmente, em algum momento, foram interpelados por líderes surdos em visitas anteriores à nossa. O que os “marcou” como a diferença em relação aos demais ouvintes era que, de alguma forma, seus modos de vida se

1 Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos.

diferenciavam, expressos pela afirmação de sua cultura. Isso mostra como esse discurso cultural tem uma força enorme e é prontamente aceito pelos surdos, até mesmo pela identificação de quem os promulga.

Essa narrativa leva-me a outro cenário, dotado de intelectualidade e pesquisa, mas que evidencia a mesma força discursiva do termo “cultura surda”. Uma amiga pesquisadora surda, ao dividir comigo momentos de ajuda nos encaminhamentos metodológicos de sua pesquisa, descreveu-me a cultura como sendo algo nato. Ela e mais três colegas, já em um ambiente acadêmico, descreveram a cultura surda quase de forma poética – e aqui tento traduzir da maneira mais fidedigna possível, procurando não perder o brilho que uma língua visual é capaz de transpor. A fala descrevia visualmente gavetas fechadas no peito de todo surdo, mas que nem sempre eram abertas. Perguntei se surdos que viveram na década de 30 tinham essa cultura surda que hoje aparece na vitrine de quase todos os discursos literários e de luta surda. Eles falaram que sim, mas talvez esses surdos nunca puderam nem sabiam como “abrir suas gavetas de cultura” naquela época. Alguns disseram que apenas na adolescência, através do contato com Língua de Sinais, encontros surdos e “encontro com as coisas surdas”, é que sua cultura foi espontaneamente saindo das gavetas. Essa certeza, esse brilho ao narrar com orgulho sua cultura, fez com que a colega afirmasse naquele dia que, quando pôde abrir a totalidade de suas “gavetas”, ela realmente encontrou seu “verdadeiro eu”. Sinalizou um espelho e disse que apenas se reconheceu no momento em que essa cultura fez parte do seu Eu.

Tanto na primeira fala do grupo de surdos que não conseguiam se expressar através da Língua de Sinais, mas afirmavam viver e conhecer a cultura surda, quanto na fala mais detalhada da pesquisadora surda, podemos perceber o quanto a noção, o conceito de cultura surda é consumido fortemente.

Trago essas narrativas, entre outras que aparecerão ao longo do trabalho, pois as entendo como materialidade de cultura surda com funcionalidade conceitual. Durante a primeira fase de minha escrita, contive-me inúmeras vezes ao “trazer” essas vivências, que não eram legítimas em um saber científico. No entanto, à medida que fui adentrando nas questões teóricas, encontrei textos que me autorizaram a usar essas vivências como

saberes. Um desses textos foi o de Foucault (2000, p.15), no qual indaga: “quais tipos de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser esse saber uma ciência?”. Ele também traz questionamentos acerca dos saberes dos sujeitos que os promovem como: “qual sujeito falante, qual sujeito discorrente, qual sujeito de experiência e de saber vocês querem minimizar quando dizem: ‘eu, que faço esse discurso científico e sou cientista?’”; e ainda: “qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar, para destacá-la de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas de saber?”.

Esses saberes sujeitados estão em movimento diariamente, sendo negociados a todo momento. Para Gadelha (2009, p.24),

[...] com o auxílio de uma crítica erudita, a qual os ajudou a escapar aos mecanismos que buscavam filtrá-los, classificá-los, hierarquizá-los e ordená-los, os saberes sujeitados concorreram, a um só tempo, não só para a crítica ao poder, mas tornaram-se eles mesmos o móvel que tornou possível essa crítica.

Todavia, vale ressaltar que esses saberes não estão aqui de forma isolada ou materializada por uma escrita, mas no sentido de levar-nos a entender que muitos deles justificam, criticam e fabricam práticas que subjetivam o ser-surdo. Veiga-Neto (2007, p.93) diz que uma prática discursiva não é um ato de fala, não é uma ação concreta e individual de pronunciar discursos, mas é “todo o conjunto de enunciados que formam o substrato inteligível para as ações, graças ao seu duplo caráter judicativo e ‘veridicativo’”. Isso equivale a dizer que as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele.

Descreverei algumas situações e enunciados que tecem uma trama discursiva acerca da cultura surda. Uma ocorreu ao interpretar em dois momentos históricos na educação de surdos. O primeiro foi no Fórum Mundial de Educação², em que eu traduzia, quase em uma “faixa de Gaza”, dois discursos políticos fortemente carregados com a ideia de cultura. De um lado, cerca de 80 surdos carregavam bandeiras de escolas, faixas com palavras afirmativas de uma cultura, lutando, militando por uma escola de surdos que

2 Realizado na cidade de Santa Maria no ano de 2009.

contemplasse sua cultura; de outro, pessoas que representavam o Ministério da Educação e Cultura (MEC), defendendo políticas inclusivas e afirmando que não “podiam deixar” os surdos não conviverem com a cultura ouvinte. Lembro-me de um exemplo dado por uma pessoa deste grupo: “se vocês [surdos] me pedissem para eu cortar o braço de vocês, mesmo que me implorassem, não poderia fazê-lo, pois os estaria privando de ter esse membro tão importante para o funcionamento do corpo; da mesma forma, mesmo que nos peçam uma escola de surdos, não podemos negar-lhes o direito de frequentar uma escola de ouvintes”. Fez essa analogia já indicando um melhor lugar de aprendizado para o surdo.

Descrevi esse acontecimento porque foi ele que me levou ao segundo momento ao qual quero fazer menção. Após algumas semanas, novamente os dois grupos se reúnem, surdos e representantes do MEC que defendiam uma política de inclusão, e eu outra vez interpreto e interpele (naquele momento) a discussão. De um lado, as perguntas surgiam: “vocês [surdos] têm a mesma cultura que nós [ouvintes]!!! Por que querem uma escola diferente? Vocês não são índios que moram em pedaço de terra distinto e têm uma cultura diferente!!! Vocês são como nós”. Do outro lado, a comunidade surda alegava ter sua história, *sua cultura*, sua língua, seu modo de entender a vida pela experiência visual, e pedia a quem exercia o poder a permissão para ter uma escola pensada para os surdos.

Esse recorte da história fez-me pensar o quão diferentes são os entendimentos de cultura, ora atrelados a território, espaço geográfico, ora à forma de ver o mundo. Lopes (2007, p.15) diz que “é praticamente trivial afirmar que a complexidade do conceito de *cultura* se inscreve na história e nos movimentos que desencadearam muitos problemas, debates e embates filosóficos e políticos acirrados e, não raro, até mesmo sangrentos”.

Ainda em uma das disciplinas em que pude realizar minha docência orientada, sugeri aos alunos que desenhassem culturas diferentes. Muitos desses desenhos foram de povos como da cultura indiana: pessoas carregadas de bijuterias, cores, vacas, adornos; cultura japonesa: representada por olhos puxados, balões, comidas típicas; cultura indígena: lindos riachos, penas e tintas. Entretanto, apareceu também a cultura “emo” (palavra que denomina grupos caracterizados pela musicalidade melódica e expressiva e, por vezes,

letras confessionais), com símbolos de amor e paz, penteados típicos, partituras de músicas; e a cultura homossexual, com cores, purpurina, o arco-íris. Enfim, a cultura vai além dos usos e costumes de um povo. Ela é uma marca, algo que gera sensação de pertencimento.

Se formos analisar os últimos dois casos, poderemos pensar que a cultura não necessariamente é construída por um povo que vive num mesmo lugar, mas por um grupo ligado por um código ético e estético de ver, de sentir e de viver a vida. Entretanto, essa forma de entender cultura não é muitas vezes discutida, nem ao menos problematizada em alguns contextos.

Reporto-me a mais um *encontro*. Em um grupo de professores, a partir do entendimento de que o surdo é uma pessoa que fala outra língua, sendo sua primeira língua a Libras, discutíamos sobre as questões políticas que isso implicava. Houve, então, a seguinte observação: “se os alemães vêm para o Brasil e querem fazer o vestibular em alemão, que voltem para a Alemanha. A mesma coisa para os surdos; eles precisam entender que moram no Brasil e que a língua oficial é o português”.

Além do desconhecimento dessa profissional da educação sobre a oficialização e reconhecimento da Libras, fiquei pensando que essa pessoa levou ao pé da letra a questão de língua e sua relação com a nacionalidade. Se, pela lógica dessa pessoa, um alemão que quiser fazer um concurso em sua própria língua deverá voltar para seu país de origem, para onde o surdo deve ir? Pensei: não existe uma terra a que os surdos pertençam fisicamente. Lembro-me de, na época, começar a escrever um artigo intitulado: “Surdolândia: em busca da terra perdida, ou talvez nunca encontrada”. Os discursos pautados na cultura como nacionalidade não dão conta dos elementos que compõem aquilo que poderíamos denominar cultura. O surdo vive em uma terra onde sempre se sentirá estrangeiro se o conceito de cultura estiver atrelado apenas à língua.

A língua tem, sim, um papel fundamental na constituição da cultura, mas não é somente ela que define o sujeito cultural. Há pouco tempo, fui indagada por dois professores que discutiam as formações culturais questionando se uma língua define uma cultura. Na mesma hora, lembrei-me de uma apresentação acadêmica de uma aluna surda, que colocava visualmente a língua no alto de uma pirâmide, sendo que era a partir da língua que os

processos culturais e identitários eram desenvolvidos nas partes inferiores da pirâmide. Entretanto, se fosse assim, como poderíamos falar em cultura negra? Ou em cultura homossexual? Trata-se de pessoas de diferentes línguas, mas que partilham um processo histórico e social no primeiro caso; já no segundo, compartilham um modo de vida. Nesse sentido, Anater (2008, p.148) toma a língua como parte do movimento de constituição das identidades, sendo estas dotadas de significados e práticas culturais, “porque precisamos nos expressar e nos constituir para determinarmos nosso local na(s) cultura(s), em um cenário que está longe de ser estável, monodirecional e único”. Antes de prosseguir nessa discussão, é importante ressaltar que não se esgota aqui e certamente nem se pretende adentrar na cultura negra ou cultura homossexual, pois são vividas de maneiras singulares pelos sujeitos que a partilham. O objetivo foi apenas exemplificar os significados e práticas culturais que um grupo de pessoas vivencia são híbridos, mutáveis e que a cultura não se fixa apenas na língua mas na forma de ser, entender e significar o mundo.

Ainda nessa relação língua e cultura, aproximo-me das discussões da surdez: como falar também nas pessoas ouvintes que vivem elementos da cultura surda? A autora Anater (2008) discute o conceito de “tradução cultural” dos ouvintes híbridos culturalmente que vivem nessa fronteira entre duas culturas. Ela diferencia o sujeito ouvinte (em oposição ao surdo) do sujeito não-surdo, fluente na Língua de Sinais, que partilha elementos culturais surdos, e problematiza as relações de poder envolvidas nesse processo. Ainda segundo a autora, nos atuais contextos de interação surdo/não-surdo, estes têm trabalhado cada vez mais em parceria e vêm se dedicando fundamentalmente às suas formações; sendo assim, cresce também o empenho no objetivo de determinar ou limitar os elementos formadores da chamada cultura surda.

Não mais as idéias de homogeneidade e de generalização culturais são importantes; inúmeras reflexões acerca de identidade e diferença, da Língua de Sinais e das relações de poder se desenvolvem em torno e a partir de culturas já afirmadas - e nesse caso já é de conhecimento que a ouvinte é a mais evidente, não somente por questões de imposição de poder, historicamente registradas e vividas, mas também por questões que sempre envolveram essa maioria lingüística (Anater, 2008, p.135).

Essa questão também é muito recorrente. Ao elaborar parte do edital de um concurso público em que haveria a opção de se realizar a prova em Libras ou em Português, discutíamos sobre colocar na hora da inscrição as alternativas: Surdo ou Ouvinte. Muitos surdos que realizavam esse concurso eram oralizados ou usavam próteses ou implante coclear e não tinham contato com a Língua de Sinais. Nessa passagem, percebemos mais uma vez o reducionismo do ser surdo, atrelado apenas à ideia de língua. Um indivíduo poderia ser surdo e optar por realizar a prova em Língua Portuguesa, e não em sua língua nativa³, o que de fato aconteceu com alguns surdos. Isso foi extremamente criticado pela maioria do grupo surdo, que achou inaceitável o fato de ter uma prova em Libras e alguns surdos ainda optarem pela realização no Português, pois isso não fazia parte do rol de condutas instituídas pela cultura surda, que também, muitas vezes, cria a ideia de um surdo padrão.

Portanto, a língua, como processo identitário e instrumento da cultura, apresenta interfaces com linguagem, significado e realidade. Para Veiga-Neto (2002, p.33), “a linguagem não faz a mediação entre o que vemos e o nosso pensamento, mas ela constitui o próprio pensamento e, assim, precede o que pensamos ver no mundo”, ou seja, nesses acontecimentos, vemos uma verdade já estabelecida, uma forma de ver e pensar sobre o ser surdo cultural. Ainda para Veiga-Neto (2000, p. 30), “é o olhar que botamos nas coisas que, de certa maneira, as constitui”.

No decorrer da elaboração desta pesquisa, estive um tempo na África, na tentativa de perceber se, em um lugar distante tanto fisicamente quanto em seus costumes e hábitos, haveria surdos que se mobilizassem e vivessem de uma maneira similar à da cultura surda que já conhecia. Em se tratando de cultura surda, queria ver se percebia características em comum e se os discursos eram os mesmos. Concordo com a maneira de Hall (2006) entender os processos de hibridiz cultural, pois afirma que “em toda parte estão surgindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições”; ele afirma que as identidades “retiram seus recursos de diferentes tradições culturais e que são produto desses

³ Uso o termo língua nativa ao invés de língua natural, pois se refere a língua de sinais utilizada pelo povo surdo

complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns em um mundo globalizado” (Hall, 2006, p.88).

É evidente que os modos de vida dos surdos brasileiros e africanos são diferentes entre si, derivados dos cruzamentos e hibridez cultural com a nacionalidade majoritária em que vivem. Porém, o que eu procurava perceber era se havia uma “essência cultural surda”, independentemente de onde os surdos se encontram geograficamente, tendo em vista o discurso incessante que folcloriza o “ser surdo”.

Mesmo com uma notável diferença cultural, ao encontrar surdos africanos em diferentes situações (alguns dominavam a língua de sinais de seu país; outros viviam isolados, sem uma estrutura linguística), observei que a maneira de perceber o mundo se dava através da experiência visual e que esse, sim, era um elemento compartilhado entre os surdos de forma geral. Essa experiência visual trazia muitas similaridades entre o povo surdo brasileiro e africano. Não é apenas a língua e a nacionalidade que estão em jogo em uma cultura, mas uma série de processos de significações. Para Veiga-Neto (2000, p.40), “a cultura está imbricada indissolavelmente com relações de poder, deriva dessas relações de poder a significação que é relevante culturalmente para cada grupo”. Dessa forma, há uma desnaturalização da cultura, significando que, “para os Estudos Culturais, não há sentido dizer que a espécie humana é uma espécie cultural sem dizer que a cultura e o próprio processo de significá-la é um artefato social submetido a permanentes tensões e conflitos de poder” (Veiga-Neto 2000, p.40).

Não consigo descolar o olhar investigativo das práticas discursivas do cotidiano surdo. Por isso transcorro entre tantas vivências e experiências como intérprete de Libras, amiga de surdos, professora de surdos, aluna de surdos, tutora de surdos, confidente de surdos, enfim, tudo o que me constitui como pesquisadora da área da surdez.

A cultura surda está gritando nos discursos surdos, instituindo verdades. Uma das mais frequentes, se não a mais comum, é a afirmação da cultura surda a partir da negação da cultura ouvinte. Vou tentar sintetizar trazendo mais uma narrativa surda desse entendimento ao descrever um *e-mail* que signifique na minha escrita como um acontecimento, um *encontro*.

Um surdo convidava-me a participar de uma comunidade no Orkut que dizia: “sim à cultura surda, e não ao implante coclear”. Entendo perfeitamente essa posição e em nenhum momento objetivo tecer algum juízo de valor sobre os posicionamentos aqui descritos. O que interessa é problematizar a construção da cultura surda a partir da oposição com o outro.

Seguindo as discussões de Woodward (2000), entendo que a cultura não existe por si só, nem mesmo é necessário “negar a outra” para delineá-la, mas “afirmar-se em relação a”. Novamente, explico – ou justifico – que entendo que o implante coclear demonstra uma não-aceitação da surdez, mas o que aqui problematizo é o emprego do termo “cultura surda” em oposição ao ouvir, para além do sentido “em relação a”, mas num sentido “resisto a”, trazendo certa negatividade e resistência.

A partir disso, faz-se necessário trazer o quão fundamental é o papel da linguagem nos jogos de significação. Para Lopes (2007, p. 16, grifo da autora), “*cultura, significado e comunicação* estão tão intimamente intrincados que não há como saber quando um termina para começar o outro”. A autora diz que os significados que damos à palavra “surdez” ou à expressão “ser surdo” dependem de um conjunto de relações entre esses três elementos.

Essas e outras questões levaram-me, então, à seguinte pergunta: afinal, o que é mesmo a cultura surda? Admito que comecei a pesquisa tentando encontrar a resposta, mas essa busca levou-me a outras perguntas: como o conceito de cultura surda foi sendo constituído e produzido e por quem? Quais os enunciados que fazem parte do discurso cultural surdo? Quais as estratégias e as práticas discursivas que colocam em funcionamento esse conceito? Quais as verdades que legitimam a cultura surda na esfera conceitual? Como o conceito de cultura surda emerge e como se mantém?

Enfim, percebi que “descobrir” o que é realmente isso ou aquilo, além de não ser uma boa pergunta, é uma tarefa que não cabe aqui empreender, pois iria pela contramão da perspectiva que adoto. Veiga-Neto (2007, p. 90) traz dois autores – Michel Foucault e Ludwig Wittgenstein – ao falar sobre o papel da linguagem instituindo significados:

Questões como “não perguntar 'o que é isso?'” mas, sim, “perguntar como isso funciona?”, ou “aquilo que está oculto não nos interessa”- que equivale a dar as costas à Metafísica -, ou “a verdade é aquilo

que dizemos ser verdadeiro” - que equivale a dizer que verdades não são descobertas pela razão, mas sim inventadas por ela -, são comuns aos dois filósofos.

Tal entendimento faz pensar nas “invenções conceituais”, levando-nos a “abrir mão” de muitas verdades e metanarrativas instituídas no campo da educação de surdos, entre elas, a da busca pela definição da cultura surda e, conseqüentemente, a da definição do sujeito surdo. Segundo Veiga-Neto (2007, p.107), “dentre as metanarrativas iluministas a que Foucault deu as costas, talvez a mais importante e que mais interessa para a Educação seja aquela que, numa boa aproximação pode ser sintetizada na seguinte expressão: *o sujeito desde sempre aí*”. Isso me faz lembrar a fala de uma colega intérprete de Língua de Sinais ao discutirmos a questão do “*sujeito surdo desde sempre aí*”, como se houvesse uma essência surda, ao pensar espécie: “*homo surdus*”.

Essa problematização leva-nos a pensar sobre discursos que tendem a entender o sujeito surdo detentor de uma cultura pronta, que sempre esteve aí para ser descoberta. Lembro-me de um amigo surdo (oralizado e com características de uma identidade ouvinte muito marcada) dizer-me: “*tu és muito mais surda que eu*”, no sentido de ter cultura surda. Então, eu perguntei se um ouvinte poderia ter mais cultura surda que um surdo. Ele disse: “para o MEC, eu sou surdo, mas, para a cultura surda, sou deficiente auditivo”. Percebe-se que os discursos que regem a cultura surda levam em conta aspectos para além da perda auditiva. Meu amigo ainda salientou: “*tenho um amigo que escuta muito mais do que eu, mas que é muito mais surdo que eu*”. Quando ele se referiu ao surdo, estava falando no sentido de cultura, de inserção no movimento surdo e de apropriação dos elementos da cultura surda.

Assim, em discussão com surdos, percebi que “ser surdo”, para a cultura surda, é identificar-se como tal. Nesse sentido, pensei e perguntei a surdos se, a partir dessa lógica, consideravam-me surda. Para minha surpresa, disseram: “*tu és mais surda que muito surdo*”. No entanto, inscrevi-me em dois eventos de surdos, dos quais não pude participar. A justificativa dessa negação foi: “*você não é surda*”. Então, o que valia ali era o ouvido surdo? Também dessas e de outras contradições, indagações e negociações do utilitarismo da cultura do próprio povo surdo é que me ocupei nesta pesquisa.

É importante pontuar que, ao referir-me ao sujeito ouvinte perpassado pela cultura surda, não o entendo como surdo, no sentido de construção cultural como sujeito constituinte de uma experiência visual, apenas saliento os entendimentos dessa categorização.

Ao dividir uma mesa de palestras com uma colega surda, uma pessoa da plateia perguntou-lhe como ela definiria a cultura surda. Ela respondeu que a cultura era nomeada por uma série de artefatos, como: a campainha luminosa, a Língua de Sinais, a escrita em Libras, a literatura surda, etc.

Então, partindo desse pressuposto, a mesma pessoa perguntou: se uma escola inclusiva desse conta de todos esses artefatos, seria uma escola bicultural? A palestrante surda disse que um ouvinte nunca conseguiria ser totalmente bicultural, pois nunca havia ficado parado num baile por não saber que a música começou, nunca tinha continuado de pé em missa porque não ouviu o padre mandar sentar, entre outros argumentos que não apenas reforçavam o não-ouvir, como também traziam aspectos que só quem aprende o mundo e seus significados pela experiência visual é capaz de descrever. Parece-me que a palestrante surda, apesar de nomear a cultura surda, demonstrou em seu discurso a questão da cultura perpassada pela questão da experiência.

Ainda nesse sentido, trago a fala de Strobel (2008), pesquisadora surda que, em seu livro, que tem como tema a “cultura surda”, narra fatos e histórias experienciadas pelo ser surdo. Uma delas é o fato de, em sua infância, achar que iria morrer cedo; por não conhecer surdos adultos, fantasiava e acreditava nessa possibilidade, pois a experiência visual vivida trazia-lhe esse significado de vida e morte nessa situação.

Pensar nos discursos sobre cultura surda mais voltados para a questão da experiência visual e menos para os essencialismos culturais surge como uma possibilidade. O que acontece é que a “cultura surda” tem se tornado algo engessado que justifica muitas práticas. Esse termo deveria ser mais problematizado e menos naturalizado. Para se ter uma noção da abrangência, em pesquisas na Internet, como, por exemplo, no conhecido *site* de busca Google, até a presente data, aparecem 128.000 respostas à pesquisa “cultura surda”, muitas delas categorizando-a, nomeando-a, utilizando-a, instituindo verdades.

Essa busca por definição, por conceituação, paralisa-nos, deixa de nos fazer pensar no irreal, no devir. Larrosa (2008, p. 187), ao falar sobre a realidade, afirma: “tudo o que existe, ou que nos dizem que existe, foi objetivado, ordenado, categorizado e determinado, quer dizer, foi desperdiçado como real”.

Tendo em vista que a apresentação e as primeiras palavras de um trabalho têm a tarefa de despertar o interesse do leitor e mostrar os objetivos e possíveis desdobramentos da pesquisa, de forma pontual objetivo problematizar o imperativo da cultura surda na esfera conceitual. Busco entender a emergência desse conceito, bem como as verdades que o sustentam e as estratégias que o mantêm cada vez mais “vivo” nos discursos surdos.

Para fins de uma lógica textual, saliento que a linguagem tem um papel central neste trabalho, uma vez que “inventa”, “produz” e significa a materialidade do meu trabalho, que aborda *saberes sujeitados* da comunidade surda acerca da cultura surda. Entretanto, vale lembrar que o discurso cultural da surdez agrega inúmeros enunciados, mas o exercício analítico será a partir de um deles: os saberes surdos, não tão valorizados para fins conceituais (tema central do trabalho), mas não menos legítimos que os que costumamos considerar.

O que perpassou esta seção inicial foram possíveis ensaios analíticos brotados de um olhar à espreita, anteriores à pesquisa, que colocam a cultura surda como sinônimo de língua, ou de território geográfico, ou de origem biológica, ou no binarismo e resistência à cultura ouvinte, entre outras formas de significação. Convido, então, os leitores a adentrarem comigo em novos *encontros*, agora direcionados a realizar tal pesquisa.

“Uma prática de pesquisa é um modo de pensar, sentir, desejar, amar, odiar; uma forma de interrogar, de suscitar acontecimentos, de exercitar a capacidade de resistência e de submissão ao controle; uma maneira de fazer amigas/os e cultivar inimigas/os; de merecer ter tal vontade de verdade e não outra(s); de nos enfrentar com aqueles procedimentos de saber e com tais mecanismos de poder, de estarmos inseridas/os em particulares processos de subjetivação e individuação. Portanto, uma prática de pesquisa é implicada em nossa própria vida.”

Corazza (2007, p. 121)

2 CAMINHOS DA PESQUISA

2. 1 Situar teoricamente para encaminhar metodologicamente

Antes de adentrar em aspectos metodológicos e especificar a materialidade analítica, considero importante trazer algumas discussões teóricas que mostram como essa “materialidade” é entendida neste trabalho.

Afirmar que “a cultura surda” é uma realidade inventada pode ser uma afirmação “muito forte” se pautada em outras bases epistemológicas, diferentes daquela em que me inscrevo. Digo que a cultura surda é um termo “caro” por ser uma “verdade” tão absoluta na comunidade surda, que vem cada vez mais sendo inserida em discussões acadêmicas.

Depois de um longo estudo sobre a centralidade da linguagem, entendo que tudo tem um caráter discursivo, o que significa que a linguagem fabrica a realidade. Então, posso dizer que a cultura surda é uma realidade inventada discursivamente.

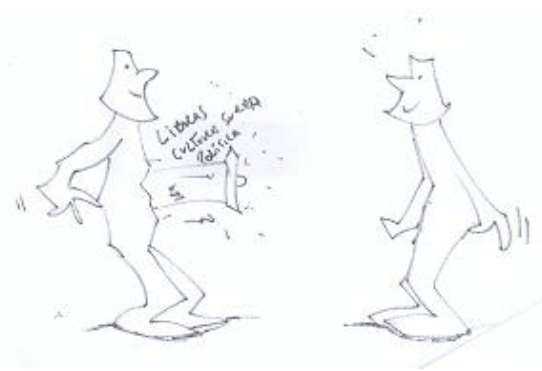
Entretanto, ela vem atuando como um conceito fechado e universal. Ao longo da pesquisa, pude perceber nos discursos surdos uma trajetória desse termo, e o que me instiga o olhar analítico é a construção de entendimento do que hoje chamamos “cultura surda”. Ao longo da história dos surdos, várias denominações que contemplam uma essência surda foram surgindo: “jeito surdo”, “experiência visual”, “coisas próprias do surdo”, que funcionam para descrever a diferença/essência surda. Porém, há cerca de no máximo 30 anos, surge no Brasil a ideia conceitual de “cultura surda”, que agrega esse essencialismo e que parece ter caráter mais científico e legítimo do que os termos anteriores, tanto nas discussões acadêmicas, quanto na construção da identidade surda.

Este estudo tem uma inspiração genealógica, pois busca entender esse status conceitual da cultura surda ao longo dos anos, sem uma ideia evolutiva do termo. Para Veiga-Neto (2007, p.61), “estudar a emergência de um objeto – conceito, prática, idéia ou valor – é proceder à análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos que instituíram e ‘alojam’ tal objeto”.

Compreender os arranjos e práticas que engendram esse conceito, ao invés do seu “surgimento”, foi o exercício empreendido nas análises da pesquisa. Nas palavras de Veiga-Neto (2007, p.61) “não se trata de onde ele veio, mas como/de que maneira e em que ponto ele surge”.

Dessa forma, convidar aos leitores para a leitura desses “encontros” não é meramente contar ou descrever os atravessamentos e acontecimentos em relação ao termo, mas significá-los como materialidade analítica que fazem parte da produção do conceito de cultura surda.

2.1.1 A cultura surda como conceito: as facetas da nomenclatura na tentativa do “Conhecer para incluir” e “Afirmar para garantir”



“Se não cabe ao conceito ser verdadeiro, ele também não está para ser compreendido. Não nos importa se compreendemos ou não um determinado conceito; importa que ele seja ou não operativo para nosso pensamento; importa que ele nos faça pensar, em lugar de paralisar o pensamento. Importa que tenhamos afinidade com um certo conceito, afinidade que se produz pelo fato de ele agenciar em nós mesmos certas possibilidades”
(Gallo, 2008, p.48).

As discussões acerca da temática cultural e de sua relação com as práticas pedagógicas vêm sendo cada vez mais recorrentes com o processo de globalização. Considero pertinente entender como a ideia de cultura surda vem sendo narrada nos contextos educacionais. A tendência educacional de se trazerem artefatos e elementos culturais do alunado nas práticas cotidianas do contexto escolar vem sendo exaustivamente estimulada. Hall (2006, p. 77), ao

trazer o argumento de Kevin Robin, diz que, “ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da etnia e da 'alteridade'. Há, juntamente com o impacto do 'global', um novo interesse pelo 'local'”.

A educação das minorias – no caso de alunos surdos, uma minoria linguística –, muitas vezes, ao invés de ser compreendida em seus processos sociais e antropológicos, é folclorizada. Nessa lógica, os professores deveriam ser generalistas para entender uma gama de culturas hoje existentes nas salas de aula ou especialistas que “conhecessem” os processos de identidade e das culturas em questão. Vale lembrar que especialista é considerado não só como o profissional que conhece os processos de identidade e das culturas e tem um saber legitimado cientificamente sobre determinado objeto, mas aquele que tem poder de dizer como elas são e como funcionam na prática pedagógica. Entretanto, com isso, enclausura-se o conhecimento acerca de uma determinada cultura, sem ao menos se tentar entendê-la como algo que é produzido discursivamente e que está em constante movimento.

Cabe, nesta discussão, problematizar como são produzidas as culturas, no caso, a cultura surda, sem buscar uma pureza ou um essencialismo. Na contemporaneidade, é difícil falarmos em um sujeito constituído por uma única cultura, pois somos interpelados por diferentes atravessamentos culturais que nos constituem. Canclini (2005, p.1) traz uma importante colocação sobre a relação da globalização com as identidades híbridas:

Las palabras globalización e hibridación necesitan ser definidas en relación, y en contraste, con otros términos que parecen sustituir. ? Podemos seguir hablando, en tiempos globalizados, de colonialismo, imperialismo y culturas locales? O, en relación con hibridación, hay que indagar si efectivamente es un proceso fértil, productivo, y si se diferencia de mezclas interculturales como el mestizaje, el sincretismo y la creolización. Por último, diremos algo acerca de los desafíos que estos procesos relativamente nuevos para políticas culturales de modernización y convivencia multicultural.

Faz-se oportuno questionar as assimetrias de poder nas relações de hibridização, uma vez que o aluno surdo, além de participar da cultura surda, traz elementos de diferentes culturas. Uma das facetas da assimetria desse jogo cultural que cabe aqui exemplificar é o status linguístico da Língua Portuguesa em relação à Língua de Sinais. Em uma pesquisa realizada pelo

GIPES na região centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul, da qual tive o privilégio de participar, evidenciaram-se muitas questões quanto ao processo educacional de alunos surdos. Reporto-me à pesquisa para ratificar a questão do status linguístico citado anteriormente. Um dos dados foi que algumas escolas possuem intérpretes de Língua de Sinais, e o aluno pode, em um ambiente específico, ter seu aprendizado curricular. Porém, o fato que aqui faço questão de salientar é que, na sua maioria, esses espaços se restringem a explicações na língua nativa dos alunos surdos, mas todos os processos avaliativos são realizados em Língua Portuguesa na sala regular.

Esse é um dos aspectos dentre muitos que nos fazem questionar de que forma a cultura surda vem sendo “trazida” à escola, ou melhor, “produzida” na escola regular, uma vez que um dos principais artefatos dessa cultura é a Língua de Sinais, vista muitas vezes como recurso pedagógico. Para Lopes (2005, p. 105), as mudanças globais vêm instigando cada vez mais “pesquisadores a pensar na educação, nos novos parâmetros curriculares, nas identidades culturais, na escola, em relações de poder que se estabelecem entre e nos grupos sociais, na educação e integração de ‘excluídos’ sociais, laborais, etc.”.

Ainda na busca interminável pela conceituação, Costa (2007, p.148) diz que “o mundo não é de um único jeito. Desconfie de todos os discursos que se pretendem representativos da ‘realidade objetiva’”. Na interface linguagem, significado e cultura, percebo que o termo “cultura surda”, nos últimos anos, tomou uma revolução conceitual, ou melhor, se tornou um *conceito*. Para Deleuze, o *conceito* surge a partir de uma necessidade, vindo atrelado a uma ideia, a um ato criativo, num processo multifacetado. É constituído em partes, conforme a necessidade, e paulatinamente toma o caráter de conceito. Nas palavras de Gallo (2008, p.43): “o conceito não deve ser procurado, pois não está aí para ser encontrado. O conceito não é uma ‘entidade metafísica’, ou um ‘operador lógico’, ou uma ‘representação mental’”. O mesmo autor trabalha o conceito como um “dispositivo, uma ferramenta, algo que é inventado, criado, produzido, a partir das condições dadas e que opera no âmbito mesmo destas condições”.

E é nesse sentido que entender como o conceito de cultura surda emerge nos faz também entender as verdades que o constituem, pois ele se

movimenta a partir dessas práticas, condutas e modos de ser. Ainda em Gallo (2008, p.43), lê-se que o conceito é um dispositivo que faz pensar, que permite novamente pensar, “o que significa dizer que o conceito não indica, não aponta uma suposta verdade, o que paralisaria o pensamento; ao contrário, o conceito é justamente aquilo que nos põe a pensar”. Então o conceito, além de produto e invenção, é também produtor e inventa, cria novos pensamentos, novas possibilidades, novos acontecimentos.

A partir da ideia de que o conceito é produzido, inventado, mas também produz, voltamos à questão da cultura surda sendo produzida discursivamente. Nas palavras de Wortmann (2005, p.51),

[...] valho-me, então, neste estudo, da abordagem referida por Hall (1997) como *construtivismo cultural*, na qual a palavra *discursivo* está associada à ideia de que o significado, a representação e a cultura sempre exercem efeitos constitutivos sobre os sujeitos e os saberes.

Essa articulação entre discursos, linguagem e cultura pareceu-me necessária porque aloca sentido de realidade a um conceito da cultura surda. Gallo (2008, p.35), ao debruçar-se sobre a questão conceitual a partir de Delleuze e Guatarri, fala que, para eles, “a criação de conceitos é, necessariamente, uma intervenção no mundo, ela é a própria criação de um mundo. Assim, criar conceitos é uma forma de transformar o mundo; os conceitos são as ferramentas que permitem ao filósofo criar um mundo à sua maneira”. Os autores acima afirmam que, em contrapartida, os conceitos podem ainda ser armas para a ação de outros, que dispõem deles para fazer a crítica de mundo, para instaurar outros mundos.

Sendo assim, esse engessamento conceitual acerca da cultura surda é que fortifica e legitima ainda mais o seu consumo. Yúdice (2004, p. 43) discute a cultura funcionando como recurso: “o conteúdo da cultura diminui em importância à medida que a *utilidade da reivindicação da diferença* como garantia ganha legitimidade. O resultado é que a *política* vence o conteúdo da cultura”. Para atentar a essas questões, a pesquisa dispõe-se a investigar como esse conceito, esse desejo de verdade e realidade da cultura surda vem se constituindo e sendo consumido. Foucault (1999, p.28) pergunta: “quais são as regras de direito de que lançam mão as relações de poder para produzir

discursos de verdade?” Ou ainda: “é esse tipo de poder capaz de produzir discursos de verdade que são, numa sociedade como a nossa, dotados de efeitos tão potentes?”. Assim, os efeitos do consumo cultural estão diretamente relacionados à produção da subjetividade surda., uma vez que, tem efeitos tão potentes de verdade que são constitutivos também.

As práticas discursivas referentes à cultura vão produzindo os sujeitos que pertencem a ela. O risco que se corre é o de fechar, enclausurar a cultura na tentativa de nomeá-la. Afinal de contas, a busca pelo conceito, ou pela definição de algo, é uma questão muito antiga discutida pelos filósofos.

Entender a cultura surda não se vincula à ideia de classificação ou à busca por uma exatidão conceitual – “tenho reiteradamente insistido que é preciso não confundir rigor com exatidão!” (Veiga-Neto, 2006, p. 306). O mesmo autor diz que, “de um lado, não se trata da invenção, ou seja, não significa inverter, como ponto de partida (ou de chegada), um sentido estável e definitivo para essa ou aquela palavra, para esse ou aquele conceito”. Portanto, ratifico que, ao pesquisar a cultura surda, tento não cair na armadilha de descrevê-la, e sim entender como seus significados foram sendo produzidos.

De outro lado, tampouco se trata de descoberta, não significa tentar promover o isolamento e a fixação de um objeto ou de coisa, a fim de descobrir nele ou nela um suposto sentido original que estaria desde sempre ali depositado, para depois, atribuir uma palavra ou um dito ao objeto ou à coisa (Veiga-Neto, 2006, p. 307).

A cultura surda não existe como uma realidade palpável a priori; ela acontece no interior das práticas discursivas. Por isso, retomo a ideia de que a cultura é produzida, bem como experienciada. Hall (1997) afirma que o significado surge não das coisas em si – a “realidade” –, mas a partir de jogos da linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas. Os fatos naturais são, portanto, também fenômenos discursivos.

2.2 Centralidade da cultura e o papel da linguagem na produção da alteridade surda



“Situarmo-nos na relação entre narração, memória e experiência supõe nos localizarmos no tempo e na linguagem” (Duhart, 2008, p. 195).

Ao iniciar esta seção com tal epígrafe, atento para a questão de que a linguagem sai do papel coadjuvante e toma papel central nesta discussão. A produção e circulação do processo de significação de mundo passam pela linguagem. É através dela que construímos os significados. Segundo Costa (2007, p.102), “quando indivíduos, grupos, tradições, descrevem ou explicam algo em uma narrativa, discurso, temos a linguagem produzindo uma ‘realidade’”.

A partir disso, podemos inferir que, para além do processo de significação, a linguagem constitui uma realidade, e não apenas a relata, ou seja, ela inventa, cria uma verdade sobre algo. Saliento que as “coisas”, ou melhor, a “materialidade das coisas” em seu sentido físico existe, mas a relação entre sua existência e os significados que lhe damos é o que toma papel central nesta discussão. Ao aproximar o foco da linguagem e de sua relação com o termo “cultura”, tomo as palavras de Hall (1997, p.9):

A “virada cultural” está intimamente ligada a esta nova atitude em relação à linguagem, pois a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas.

É interessante, então, percebermos os discursos surdos em relação à sua própria cultura, bem como os enunciados que os constituem. “O próprio

termo 'discurso' refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento" (Hall 1997, p.9). O mesmo autor traz o discurso como produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento.

Nessa perspectiva, é inevitável não atrelar a cultura ao que se refere a sentimentos compartilhados utilizando-se da linguagem. Conforme Hall (1997), a linguagem é o meio privilegiado através do qual "damos sentido" às coisas, onde o significado é produzido e trocado. Dessa forma, o acesso comum à linguagem produz significado no que tange à cultura. Ainda Hall (1997) afirma que a linguagem é capaz de construir significados porque ela opera num sistema representacional; portanto, a representação através da linguagem é central para o significado produzido.

A cultura geralmente é descrita como valores, hábitos, crenças, práticas e comportamentos de um grupo social. Saliento, porém, que também nunca está dissociada da concepção de que os significados, por meio da linguagem, produzem representações sobre a cultura que vão regular as condutas dos pertencentes a determinado grupo social.

Não é um conjunto de coisas que constitui a cultura, mas um conjunto de práticas que, conseqüentemente, produz um discurso sobre ela. Conforme Hall (1997, p.33), "(...) toda prática social depende e tem relação com o significado (...). Não que não haja nada além do discurso, mas que toda prática social tem o seu caráter discursivo".

Para problematizar as questões de cultura, utilizo-me da ideia de que "não basta aprender o que se tem a dizer em todos os casos sobre um objeto, mas também sobre como devemos dele falar. Temos sempre de começar por aprender o método de o abordar" (Wittgenstein, 1987, p.61). Ainda, "esse 'aprender o método' a que se refere Wittgenstein carrega em si, necessariamente, o entendimento de que é imperioso ter o maior domínio possível sobre aquilo que se fala" (Veiga-Neto, 2006, p.306).

Dessa forma, conceituações estanques das palavras "cultura surda" não caberiam aqui. É a "não-crise" da cultura surda que provoca questionamentos, pois, uma vez tomada como única, não traz elementos que vão além das

metanarrativas e grandes verdades estabelecidas, instituídas e legitimadas que governam muitas de nossas condutas. Como disse Antônio Nóvoa no 3º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação, de 2008, “quem não tem dúvidas na pesquisa corre um grande risco de estar enganado”. Por isso, estar imersa nessa perspectiva de problematização da cultura surda reporta-me também às identidades surdas que dela fazem parte.

A crise de identidades, a partir da teoria social, faz parte de um processo mais amplo de mudanças, abalando quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. As identidades eram mais sólidas, mas hoje as fronteiras menos definidas provocam essa crise. Assim, é interessante pensar o surdo na contemporaneidade e entender um pouco as questões que engendram o sistema educacional e a questão cultural. Trago uma materialidade discursiva através da pesquisadora surda Strobel (2008, p. 24): “dentro do povo surdo, os sujeitos surdos não diferenciam um do outro de acordo com o grau de surdez, e sim o importante para eles é o pertencimento ao grupo usando a língua de sinais e cultura surda, que ajudam a definir suas identidades surdas”.

Apresento alguns apontamentos sobre a cultura surda, tomando alguns trechos que a tematizam. Para além de elencar e categorizar a cultura, entendo-a como algo vivido, considerando a ideia de pertencimento. Nesse sentido, percebe-se, nos discursos surdos, o quanto a cultura surda tem relação com a experiência do ser surdo.

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo (Strobel, 2008, p.24).

Na fala dessa professora surda, percebe-se que a experiência é de fundamental importância na produção da cultura desse povo. “A cultura surda exprime valores, crenças que, muitas vezes, se originaram e foram transmitidas pelos sujeitos surdos de geração passada ou de seus líderes surdos bem-sucedidos, através das associações de surdos” (Strobel, 2008, p. 26).

Por mais que nós (que não somos esses outros surdos, para não cair no binarismo das oposições) falemos sobre a cultura surda ou estejamos inseridos em contextos de educação de surdos, nunca vamos experimentar o ser surdo. Essa é uma experiência única e de cada um.

Muitos ouvintes podem também ser parte da comunidade surda, pois “uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias Surdas, mas que apoiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas Surdas para os alcançar” (Padden e Humpheries, 2000, p.5). Entretanto, participar de uma comunidade não significa ter experienciado o ser surdo.

O ouvinte pode, sim, fazer parte da comunidade surda, mas, segundo Strobel, não de um povo surdo, sujeito da experiência visual.

Quando pronunciamos “povo surdo”, estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução lingüística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços (Strobel, 2008, p.31).

Um dos pontos que constituem a experiência da cultura surda é a Língua de Sinais, língua nativa do surdo; por mais que um ouvinte a domine e nela seja fluente, não é sua primeira língua. Para os ouvintes, a Língua de Sinais *acontece* e não é o que *nos acontece*. Ou seja, em algum momento da vida do ouvinte (seja por ser familiar de surdo, ou interesse profissional) a língua de sinais *acontece* para os ouvintes, diferentemente do que os surdos costumam significá-la. No caso, os surdos diriam *nos acontece*, pois é a língua de sinais que vai significar e o mundo constituído visualmente por ele.

Para Larrosa (2002, p.21), “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”. Desse modo, a Língua de Sinais é experiência vivida para os surdos, e no interior das relações emergem inúmeras questões de subjetivação. Para Hall (2005), a língua é um sistema social, e não um sistema individual. Portanto, falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais, “significa também ativar a imensa

gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais” (Hall, 2005, p.40).

O que nos resta são nossas percepções sobre a cultura também produzidas pela língua. Muitas vezes, podem ser percepções rasas, produzidas na superficialidade da informação.

Pensando também na relação entre os discursos culturais e produção da alteridade surda, percebo que, ao termos um discurso sobre a cultura surda, estamos produzindo também essa alteridade, ou seja, trazendo elementos e conjuntos de significados desse sujeito surdo que pertence a esse grupo social. Esse conjunto de significados produz também uma representação sobre esse sujeito.

O sujeito surdo também é produzido por ouvintes que não experienciam a cultura surda, mas que interpelam discursos acerca do sujeito surdo. É nesse sentido que há duas formas de trazer aqui problematizações acerca da constituição do sujeito surdo. Primeiramente, o que se refere ao investimento nas políticas de inclusão do surdo na educação regular, em que a maioria ouvinte não experienciada pela cultura surda produz uma representação instituída da cultura surda, ou seja, um conceito cultural, governando, assim, a condição cultural desse sujeito. Em segundo lugar, os espaços de lutas pela diferença surda, principalmente no que tange a escolas de surdos como espaços de resistência, onde as práticas discursivas carregadas de significações constituem a representação de uma cultura surda pura, produzindo também uma essência cultural, num fronteirismo com o engessamento e a escrita fixa.

Apesar de os processos de escolarização não serem o foco da pesquisa e serem abordados de forma mais teórica e aprofundada na seção quatro, trago a importância de discutir esses espaços, pois são neles também que a produção e circulação do termo cultura surda é presente e a escola tem sido cada vez mais conclamada a promovê-la.

2.3 Metodologia

“A questão é pensarmos a cultura, também e ao mesmo tempo, no domínio simbólico: como significamos os objetos e as práticas e, ao fazermos isso, como abstraímos e transferimos esses significados para outros contextos; e, ao fazermos essa transferência, como os ressignificamos.”
Veiga-Neto (2000, p.57)

Esta pesquisa problematiza enunciados que constituem uma trama discursiva acerca da cultura surda. O foco está em analisar as formas como a cultura surda vem sendo narrada e pensada pelos próprios surdos e como vem se constituindo como um conceito, tomando significado “real” e tendo um papel fundamental na constituição do sujeito surdo.

A breve discussão da seção anterior sobre o papel da linguagem nos regimes de verdade e processos de significação é fundamental para entender a lógica metodológica que este trabalho adota. Mais uma vez, vale lembrar que tensiono a escrita fixa que paulatinamente toma força na discussão cultural da surdez. Nesta forma de investigação cultural, os enunciados colocam o discurso em movimento. Como Veiga-Neto (2007, p.101), salienta que nessa perspectiva, o que ganha maior importância não é para perguntar qual enunciado satisfaz a algum critério de verdade, mas é, sim, perguntar sobre “como se estabelecem esses critérios, sobre o que fazemos com esses enunciados, sobre o que pode haver fora do horizonte da formação discursiva em que operam os enunciados”.

Estar imersa no cotidiano do mundo surdo é extremamente pertinente, seja ele acadêmico, familiar ou profissional, em vínculos de amizade, etc. Entender como se constitui a gama de significados sobre a cultura surda nos diferentes contextos é o que move este trabalho. Não foi definido período específico de “triagem” ou “coleta de dados”. Acredito que possibilidades e relações com a operacionalização deste trabalho vieram com o envolvimento diário na pesquisa. Nas palavras de Larrosa (2008, p.190):

Talvez possamos contrastar a figura do realista com a do sujeito atento. Talvez possamos explorar brevemente a atenção como uma relação com o mundo, com os outros e com nós mesmos, e que essa não passe pela intenção, nem pela representação, nem pelo juízo, nem pela categorização, nem pela tematização, nem pela contabilidade, nem pelo cálculo, nem pela guerra, nem pela objetivação.

O olhar atento é o que vem ao encontro do que foi descrito na introdução desta pesquisa – talvez, nas palavras de Deleuze, “encontros”, “acontecimentos” que me interpelaram e me fizeram questionar as metanarrativas, herança da teorização moderna, e a incorporar as contribuições de uma abordagem pós-estruturalista. O abandono das certezas é inerente a essa concepção de pesquisa, na perspectiva de que as “realidades encontradas” são produzidas discursivamente ao longo de um processo sócio-histórico. Pensando dessa forma, trago Silva (1999, p.42), que diz: “tornou-se lugar comum atribuir às posições pós-estruturalistas a formulação de que a ‘realidade é construída discursivamente’”. Segundo o mesmo autor, o que é interessante à análise cultural não é fazer declarações epistemológicas tão absolutas, mas, de forma mais simples, eleger como seu objeto de análise aquelas instâncias e formas sociais construídas discursiva e linguisticamente.

Minha incursão na perspectiva pós-estruturalista, bem como a aproximação dos Estudos Culturais, fez-me repensar as ideias absolutistas sobre cultura surda, trazendo com isso outra forma de constituir os procedimentos metodológicos de pesquisa. Corazza (2007) fala que, ao assumir certo modo de investigar, é visível que os Estudos Culturais efetuam rupturas nos cânones da pesquisa acadêmica.

Tal afirmação é pertinente neste trabalho, pois inúmeras vezes, ao longo das disciplinas do mestrado, somos confrontados pelos colegas com a pergunta: qual é a metodologia de seu projeto? Não teria tanta dificuldade em expor quais os caminhos e (des)caminhos da pesquisa que penso em realizar; entretanto, percebo que essa pergunta é no sentido de dar-lhe um nome. Sendo assim, mais uma vez recorro a Corazza (2007, p.119). A autora salienta que, nos Estudos Culturais, “encontramos suficientemente explicitada a condição de que nenhuma metodologia é ‘a sua’; assim como nenhuma pode ser privilegiada e empregada com garantias sobre como responder às questões de dados e contextos”. Ela ainda afirma que, da mesma maneira que nenhuma metodologia pode ser descartada a priori, nenhuma metodologia traz a confiança de se obterem boas respostas.

Boas respostas e bons resultados não é o que busca este trabalho. Pela aproximação que tenho com muitos surdos, na condição de não-surda, como expus no texto, e como membro ativo da comunidade surda, poderia facilmente

ter um grande “banco de dados” sobre o que significa a cultura surda. “Coletar” frases prontas e conceitos fechados, bem como empreender uma categorização sistemática sobre a cultura que o povo surdo defende, seria tranquilamente uma tarefa fácil, mas totalmente oposta ao que esta pesquisa problematiza. Justamente entender como as afirmações sobre cultura se constituem é o que me move. Simplesmente descrever o já sabido seria desnecessário e não se configuraria como forma de pesquisa. Corazza (2007, p.109), destacando a condição de insatisfação com as significações e verdades vigentes, diz que devemos tecer outras redes de significações: “em primeiro lugar, falo de sentimentos. Para além das exigências cartoriais, penso que toda e qualquer pesquisa nasce precisamente da insatisfação com o já-sabido”. A autora diz que pode parecer pouca coisa, uma banalidade, algo de menos-valia, atribuir a um sentimento o mote para que se investigue, mas não é. “Simplesmente, porque se alguém está satisfeita/o como que está dado, com as formas como avalia, julga, categoriza, pensa determinado aspecto da realidade, vai passar tanto trabalho para investigar o quê e para quê?” (Corazza,2007, p.109).

Não se trata aqui de categorizar os artefatos da cultura surda, nem mesmo de trazer uma trajetória histórica sobre ela, mas, a partir de uma inspiração genealógica, articular como saberes sobre a cultura surda foram constituídos, tomando forma de verdade e realidade. Segundo Foucault (1999), a “genealogia” seria o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais. O autor diferencia a arqueologia como sendo o método próprio da análise das discursividades locais assim descritas, e a genealogia apresentando-se na tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, nos saberes dessujeitados que daí se desprendem. Para esclarecer ainda mais a ideia dos saberes locais e sujeitados, trago mais uma vez Foucault (1999, p.13):

Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns.

Sendo assim, os saberes advindos dos surdos acerca de sua cultura compõem o corpus analítico da pesquisa. A partir do entendimento dos saberes sujeitos, encaminho de forma mais pontual os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

2.3.1 Trilhando o caminho da pesquisa

Participo, juntamente com outras colegas de pesquisa, de um projeto maior, intitulado “Produção, circulação e consumo da cultura surda”, realizado interinstitucionalmente. Ele foi elaborado pelas pesquisadoras de educação de surdos Márcia Lise Lunardi-Lazzarin (Universidade Federal de Santa Maria), Madalena Klein (Universidade Federal de Pelotas) e Lodenir Karnopp (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e conta com a colaboração de suas orientandas de mestrado, estando eu entre elas. Um dos objetivos do projeto é mapear as produções culturais das comunidades surdas brasileiras e coletá-las em diferentes regiões do Brasil.

No início do trabalho, pensava ser essa produção cultural uma materialidade discursiva enriquecida, construída e produzida por saberes sujeitos do povo surdo, podendo compor este trabalho. Cabe ressaltar que as produções culturais já coletadas de pessoas surdas até o presente momento se “materializam” na forma de arte, pinturas, vídeos, livros, artigos e peças de teatro carregados de significado, imprimindo uma forma de pensar a cultura surda.

Entretanto, minha opção metodológica é por uma entrevista/conversa dirigida com pessoas surdas. Porém, a fala de um surdo, isoladamente, não se constitui em um discurso. Nesse sentido, busquei três pesquisadores doutores surdos que foram os pioneiros no Brasil em publicações sobre cultura surda e outros três professores, líderes de comunidades surdas de espaços escolares e acadêmicos, com uma trajetória de lutas junto à comunidade surda. Não que as falas deles sejam mais ou menos legítimas, mas todas as produções nacionais sobre o tema da cultura surda têm a participação intensa do primeiro

bloco de pesquisadores, assim como os movimentos, lutas e conquistas nessa área têm como protagonistas o segundo grupo de entrevistados. Trata-se de pessoas extremamente respeitadas nacionalmente no que tange ao tema da cultura surda.

Contei com a oportunidade de acesso aos seis entrevistados, direta ou indiretamente, seja por amizade, por ser intérprete, por ser aluna, por participar do mesmo grupo de trabalho. Para entrevistar alguns deles, viajei para outros estados, na tentativa de buscar recursos analíticos.

Por a língua de sinais ser considerada uma língua ágrafa, muitas verdades sobre a invenção da expressão “cultura surda” não foram registradas, mas esse grupo de surdos estava presente durante a produção de significados desse termo. Portanto, entrevistá-los, além de ter sido uma experiência extremamente prazerosa e instigante, foi peça chave para entender o imperativo desse termo nas rodas de conversa e discussões acadêmicas ao longo dos anos.

Outro fator que contribuiu com esta pesquisa foi a possibilidade de “ir direto à fonte”, uma vez que entendo os saberes sujeitos como produtora de significados da cultura surda. A maior parte dos trabalhos realiza a análise a partir da tradução de uma terceira pessoa (o intérprete de Libras). Sem desprestigiar esse trabalho, nem inferir que seja menos fidedigno, acredito que ter a possibilidade de, além de perguntar, também argumentar foi extremamente enriquecedor para a pesquisa.

Quanto ao termo “entrevista”, não sei se seria o mais apropriado; penso que “conversa direcionada” seria uma caracterização mais precisa. Conforme Canclini (2005, p.11): “ya no basta con decir que no hay identidades caracterizables por esencias autocontenidas y ahistoricas, y entenderías como las maneras en que las comunidades se imaginan y construyen relatos sobre su origen y desarrollo”.

De forma breve, descreverei aqui os passos metodológicos. Inicialmente, agendei uma entrevista com cada um dos seis envolvidos no trabalho de análise. Todas as conversas foram em língua de sinais, com 15 perguntas/apontamentos que foram direcionando a entrevista (anexo1). Antes de iniciarmos “formalmente” a lista de assuntos dirigidos, foi entregue para os entrevistados a pauta de assuntos. Todos os entrevistados fizeram

observações positivas sobre a forma de pesquisa, por dois motivos. Primeiro, por ser diretamente uma conversa entre pesquisador/pesquisado em língua de sinais; segundo, e mais importante, pelo fato de que todas as perguntas que iriam direcionar a conversa em Libras, antes de serem sinalizadas pela pesquisadora, foram entregues em português, mas com a convenção de transcrição em glosa (escrita em português, mas na ordem gramatical da língua de sinais).

Tive um grande cuidado ao elaborar cada um dos apontamentos; mesmo assim, se os entregasse na estrutura gramatical da língua portuguesa na modalidade escrita, poderia ser interpretada como uma pesquisadora que busca conceituação/categorização, sendo essa uma opção que não busco. Por esse motivo, construí visualmente cada pergunta em Libras, e minha convenção de transcrição para o português (que seria entregue aos entrevistados) foi em glosa. Nesse caso, defino como glosa: frases escritas na língua portuguesa, porém na estrutura gramatical da língua brasileira de sinais. Como trabalho com a ideia de que a linguagem institui verdades, acredito que todos os detalhes no momento da discussão são relevantes; por isso, ter as questões impressas na língua portuguesa, mas no registro gramatical de uma língua visual, ficaria mais próximo do que seria discutido, podendo haver um maior entendimento do sentido da pergunta.

Tendo em vista essa opção metodológica e trabalhando com o conceito de saberes sujeitados, debrucei-me sobre o corpus analítico da pesquisa: a tradução de entrevistas/conversas direcionadas com essas seis pessoas surdas.

Todas as conversas foram filmadas. Minha convenção de transcrição/tradução foi a da Libras para a Língua Portuguesa escrita padrão, tendo em vista que as transcrições compõem grande parte do capítulo analítico a seguir. A riqueza desse material provém de grande esforço de transcrição e análise. Para chegar a essa materialidade, totalizaram-se aproximadamente 60 horas de transcrição/tradução. Alguns detalhes enriquecem o material, como, por exemplo, traduzir “não ouvir” ao invés “surdo” quando o surdo se descreve a partir da oposição com o ouvinte, ou transcrever a riqueza de uma expressão facial quando a palavra sinalizada não agregava determinado significado.

Sobre a ferramenta entrevista, tomo emprestadas as palavras de Silveira

(2007, p.118): “é nessa clareira de insegurança sobre como se caracteriza este evento discursivo ‘entrevista’, sobre o que ‘fazer’ com as falas e registros deixados por ela, num horizonte em que as verdades são tidas como discursivas, que se insere este estudo”.

As falas grifadas nos próximos capítulos são exclusivamente produto do trabalho descrito. Entretanto, saliento que muito desta pesquisa traz elementos, questionamentos e incertezas que foram sendo constituídos em vários “encontros” e “desencontros” com a cultura surda, seja em contextos de interpretação da Libras, em tutoria do Curso de Letras/Libras, bate-papos com colegas surdos, palestras e aulas para ouvintes que potencializavam a discussão sobre a cultura surda, seja em visitas a escolas de surdos e/ou com inclusão desse alunado.

Enfim, trata-se de espaços, situações e vivências em que o “olhar atento, à espreita”, emerge na forma de pesquisa. Assim como Fischer (2005, p.127), “penso que a leitura e a escrita acadêmica precisariam, talvez, ter um pouco o caráter de experiência, de modo que nós, escreventes e leitores, pudéssemos nessa aventura fazer o exercício de pensar, estar simultaneamente dentro e fora de nós mesmos”. Ela diz que, nessa vivência, “somos atravessados por outras idéias, por outras sensações, por acontecimentos disponíveis ao que nisso tudo há de arte, de potência criativa”. Com essa reflexão acerca da aventura de pesquisar é que penso nas questões da cultura surda.

Confesso que, no início, tive certo receio por estar “torcendo a estrutura” de um conceito que é tão caro e significativo para a comunidade surda e que ganha cada vez mais legitimidade e caráter científico. Uma preocupação era não cair na armadilha de, ao realizar as entrevistas, passar a ideia de estar tentando “apreender” ou “classificar” a cultura surda ou certa essência cultural surda. Entendo que o reconhecimento da cultura é de crucial importância para as minorias linguísticas que desejam afirmar suas tradições culturais e recuperar sua trajetória histórica. “Esse fato, entretanto, nos aponta os perigos da fixidez e do fetichismo de identidades no interior da calcificação da própria cultura, no sentido de trazer uma visão celebratória do passado ou uma homogeneização da história do presente” (KARNOPP, KLEIN e LUNARDI-LAZZARIN, 2010, p.7).

Feita esta discussão inicial, podemos prosseguir no exercício analítico. Mais uma vez, relembro aos leitores que os capítulos seguintes não são uma descrição da cultura surda; a partir dos saberes sujeitados materializados na pesquisa, são uma análise de como hoje a cultura surda se constitui como um discurso. Não objetivo comentar, inferir ou julgar as falas, mas entendê-las como enunciados discursivos que constituem uma verdade do que hoje se entende por cultura surda. Que a cultura surda “atua” como um conceito é evidente, e basta estar inserido por pouco tempo, seja na academia ou na comunidade surda, para que isso seja observado. Compreender como a cultura surda se tornou um imperativo conceitual, as verdades que a sustentam e significam e as estratégias de apropriação e utilitarismo do conceito são a ênfase e foco que direcionam as próximas seções.

“São, enfim, muitas as possibilidades de ter estado lá. Possibilidades essas que variam em intensidade, em risco, em capacidade de se ‘miscigenar’, de se misturar com hábitos, valores, crenças, modos de ver, enfim, de tornar-se mais um(a) daquele lugar (de ser menos estrangeiro(a)). É também por essa experiência que ele(a) é autorizado(a) a falar.”
Santos (2005, p.11)

3 CONVERSANDO COM AS CONVERSAS: POSSIBILIDADE DE SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA CULTURA SURDA

Este capítulo traz extensos trechos de “saberes sujeitados” como forma de enunciação de um discurso sobre a cultura surda. Privilegio essas falas porque a partir delas é que posso pensar nas possibilidades de significados e sentidos da cultura surda atuando como conceito.

Acredito que seja importante salientar que o texto a seguir não se constitui de “comentários” ou “descrições” das falas, mas de um exercício analítico a fim de entender as produções de conhecimento e regimes de verdade que circulam em relação à cultura surda. Os blocos traduzidos constituem-se como forma de enunciação de uma trama discursiva sobre a cultura surda. Opero com as narrativas entendendo-as como saberes sujeitados que vão constituindo uma gama de significados com status legítimo e científico. Nessa lógica, tensiono esses saberes, na tentativa de problematizar as estratégias, a emergência e a permanência dos discursos da cultura surda que a colocam como imperativo no plano conceitual.

3.1. DNA cultural? Cultura surda: uma semente sem plantio



*Vou falar no que acredito, porque os surdos falam que antigamente não tinha cultura surda. Eles (surdos) falam: “antigamente não tinha cultura surda”, mas eu desconfio dessa afirmação, eu acredito que tinha cultura, sim, antigamente. **Sempre teve, desde que nasce um surdo, já tem cultura***

surda. Mas claro que tudo que compõe a cultura, os elementos da cultura que estão no indivíduo têm influência do meio. O meio envolve a construção da cultura. Será que a cultura surda é tudo que o indivíduo surdo traz consigo, ou será a cultura surda tudo que o meio que o cerca acaba envolvendo? Precisamos pensar nos dois aspectos.

É deveras interessante perceber como o fator biológico aparece nas narrativas sobre cultura surda. Quando falo de caráter biologizante da cultura, atendo-me a narrativas que colocam a cultura como algo inato do sujeito surdo. Ela é colocada como algo inerente ao sujeito surdo desde o seu nascimento.

Eu defendo que é algo interno, é o jeito próprio do surdo, pois a arte, a pintura não são cultura, são técnicas de expressão. Pois muitas vezes o surdo pode querer não pintar algo relacionado a sinais como “eu te amo”, pode querer pintar outras coisas e expressar sua cultura de outra forma. A arte e pintura são técnicas para marcar e fortalecer o espaço surdo, mostrar e demonstrar que é surdo, mas não significa cultura. A cultura é algo mais interno que se desenvolve com o grupo e convivência.

Podemos perceber que a cultura surda é narrada como parte constituinte da pessoa surda e que pode vir a desenvolver-se com o tempo. Ela é entendida como algo naturalizado. É nesse sentido que uso no subtítulo a expressão “semente sem plantio”, dando a ideia de que o elemento cultural esteve “desde sempre aí”, estando somente à espera de ser cultivado. Na fala seguinte, podemos perceber a conotação de que, apesar de o ambiente ser constituinte no processo de construção cultural, já existe “algo” que o indivíduo possui naturalmente.

A cultura é algo espontâneo, é uma criação própria do indivíduo surdo. Ela não vem de fora com elementos prontos. O surdo pode, sim, receber influências de fora, mas é internamente que vai se configurar para expressar-se como cultura.

A partir da lógica de que, desde o nascimento, a pessoa surda já carrega elementos culturais que se desenvolverão ao longo de sua vida, depreende-se que a noção de “cultura surda” sempre existiu também. Ao serem questionados sobre como os surdos antigos viviam a cultura surda (apesar de, na época, não ser especificamente usado esse termo), a maioria dos entrevistados relata que, independentemente do período histórico em que viviam os surdos, a cultura surda sempre esteve presente e tem caráter evolutivo.

*Eu realmente não sei como era a cultura surda antes, **mas, com certeza, Huet já sabia sobre a cultura surda.** Entretanto, com a proibição da Língua de Sinais e imposição do oralismo, não sei como ficou, talvez enfraquecida.*

*Antigamente, a cultura surda se mostrava de outra forma. Ela foi evoluindo ao longo dos anos. Antigamente, tinha, **na verdade, desde que existem surdos, existe também a cultura surda.** Talvez acontecesse de uma forma mais simples. Vou exemplificar: na casa de um surdo, não existia campainha luminosa, então, eles acenavam muito ou passavam um papel através da fenda da porta (embaixo) para que o surdo ali dentro visualizasse, e o mesmo acontecia no banheiro, para ele ver que alguém queria entrar.*

*Surdos que viveram há 200 anos e foram passando sua história até os dias de hoje, isso é a cultura surda, porque foi passada de geração a geração por muitos anos, e isso, sim, podemos chamar de cultura. **Se os surdos antigos não tivessem carregado suas histórias e transferido suas conquistas e experiências, talvez fôssemos dominados até hoje.***

*Diffícil falar há quantos anos teve realmente o início da cultura surda, pois acredito que ela sempre existiu. **Desde a existência do surdo, teve a existência de sua cultura.***

Essas frases significam a cultura surda como sendo vivenciada e “produzida” pelo corpo surdo. Independentemente de como ela é expressa, em que idade ou se a pessoa tem o entendimento da cultura surda, esta é descrita como presente.

*Quando eu era criança, **é claro que tinha cultura surda, pois eu era uma pessoa surda,** mas não tinha essa consciência sobre cultura. Apenas quando tinha mais idade é que pude percebê-la e entender sobre os processos culturais.*

*Quando criança, eu não percebia, a criança sempre tem o modelo do adulto e quer imitá-lo. Eu lembro apenas que, dentro da minha casa, no meu quarto, eu deixava sempre uma luz acesa, não gostava do escuro, pela própria questão de ser surda, preferia que tivesse luz. **Talvez esse comportamento já estivesse vinculado à questão cultural, mas percebi, a partir dos sete, oito anos de idade.***

Acredito que muitas dessas falas associam a cultura surda à questão da experiência visual, bem como a algo sentido e produzido exclusivamente pela pessoa surda. Esses dois argumentos serão posteriormente considerados nos exercícios analíticos do decorrer do texto. Neste espaço, gostaria de salientar que a cultura surda é significada como um essencialismo que transcende

tempos e espaços, sendo naturalmente “trazida” e, posteriormente, “produzida” pelo corpo surdo.

Eu acredito que seja algo interno, para que depois possa ser expresso. Muitas vezes, olhamos quadros ou pinturas e pergunto: quem foi o autor desta obra? Olhamos o desenho de mãos, e eu pergunto: o que significa aquilo? No caso de o surdo sentir e depois expressar, aí eu concordo.

Para finalizar esta seção, gostaria de expor mais uma fala que materializa a ideia de cultura como semente. A pessoa entrevistada compara literalmente a uma semente que, para desenvolver-se, precisa de cuidados específicos e constantes; paradoxalmente, traz consigo a noção de que a terra (pessoa surda) já nasce com semente (cultura surda).

Vou exemplificar: é como se observássemos uma semente no solo, cuidássemos da terra e, ao esperar, não brotasse nada. A germinação dessa semente não acontece em virtude de falta de sol, chuva, água e cuidado com o plantio. Na falta desses cuidados, a semente pode vir a morrer. É preciso um cuidado intenso, regando, exposição ao sol, à chuva, para que ela floresça. O mesmo acontece com o surdo quando é inserido em um ambiente cultural surdo. Necessita de influências, troca com o meio, língua de sinais, atenção aos elementos da cultura surda, para que internamente ele vá constituindo a sua identidade. Se ele não recebe, ou não entra em contato com este meio cultural, o processo permanece estático. Pode ter conflitos identitários e, como expliquei antes, não consegue expressa-la.

Ao terminar sua fala com “não consegue expressa-la”, a pessoa entrevistada potencializa a discussão, ou seja, em alguns casos, a pessoa surda, não tendo estímulo externo, ainda carrega consigo a semente. Essa análise leva-nos à próxima discussão, para entendermos como a semente pode vir a brotar, a partir de que experiências, adubos e condições climáticas mais propícios a esse cultivo.

3.2 A cultura surda como religião: o contato surdo-surdo



Para comparar a cultura surda com religião, ou tentar entendê-la como significada dessa forma, é preciso relembrar o sentido da palavra “religião”. A palavra “religião” vem do latim "*religare*", que significa "ligar com", "ligar novamente", restabelecer a ligação perdida com o mundo que nos cerca. Trata-se de uma forma, um caminho que nos conecta, no caso em questão, “despertando” o eu-surdo, fazendo-o apropriar-se, desenvolver-se, conectar-se com sua essência cultural. Então, se a cultura surda atua como um dispositivo discursivo que faz o indivíduo entender-se enquanto surdo, qual é a doutrina ou passos que o levam a tal encontro?

Apesar do sentido da palavra religião, atualmente, estar mais ligado a um corpo doutrinário, a um conjunto de crenças e ritos religiosos, do que a etimologia, uso essa estratégia descritiva no sentido de anunciar a cultura surda em sua forma salvacionista, de reencontro com sua essência surda.

Em todas as entrevistas, ficou evidente que o contato surdo-surdo é o que acende, toca, induz essa ligação cultural, que faz o "*religare*" com sua essência.

O contato surdo/surdo favorece as trocas e o desenvolvimento cultural. Se esse mesmo surdo interagir com os ouvintes, dificilmente conseguirá fortalecer sua cultura. Mesmo que ele se esforce para interagir com o meio ouvinte, existe um choque cultural. Eu realizei várias pesquisas e percebi que, entre pares surdos, a cultura se expressa naturalmente. Entretanto, se este mesmo grupo frequenta um grupo de ouvintes, ela [a cultura] não acontece.

Podemos perceber que os surdos que têm pouco conhecimento sobre cultura surda são os que não tiveram encontros com muitos surdos; outros, que têm mais cultura, participaram de lutas, têm mais vivências, experiências.

É bastante comum vermos surdos falando dessa troca, desse contato como elemento chave para o desenvolvimento de sua cultura, além dos saberes legitimados que estimulam o encontro entre pares surdos, como forma de identificação e reconhecimento cultural. Esse “contato” é descrito pela maior parte dos surdos adultos de hoje como fundamental, pois na sua infância, o oralismo era a opção escolar, clínica e familiar. A busca pelo “par surdo sinalizante” e o posterior encontro são relatados como cenas de cumplicidade e familiaridade visual.

Mas, na verdade, essas trocas entre os pares surdos só ocorriam nos intervalos e em segredo. Recordo-me que o grupo de meninas surdas se escondia no banheiro para sinalizar, pois, onde éramos vistas, éramos obrigadas a apenas oralizar, portanto, na maior parte do ambiente escolar, éramos proibidas de sinalizar. Então, combinei com as meninas para aos domingos irem até a minha casa, pois lá podíamos sinalizar livremente, e a cada domingo íamos à casa de uma do grupo, fazendo assim um rodízio. Isso tudo acontecia, pois apenas escondidas em casa é que tínhamos essa liberdade. Éramos muito novas na época, e nossos pais não permitiam que saíssemos com o grupo.

Bom, mas antigamente o que se percebe? Que o foco era no ouvido, na audição, era isso que os antigos pensavam ser cultura surda: “ele é surdo” ou “eu sou surdo”. **Mas um surdo, quando encontrava outro surdo, eles se reconheciam imediatamente, e criava-se um vínculo entre eles, e essa ligação visual de se perceberem surdos já demonstrava cultura.** Talvez nesse momento a língua de sinais não tivesse valor, mas esse contato visual e identificação tinham valor; logo iniciava a comunicação com gestos. **E esse sentimento gerado entre dois surdos é cultura surda.** Se, naquela época, esse encontro fosse entre ouvinte e surdo, isso não aconteceria, não se reconheceriam. Hoje, sim, mas antigamente o ouvinte, se percebesse um surdo, olharia com olhar piedoso, pensando “ele não escuta”... No caso, o surdo não teria o mesmo feedback que teria se fosse o olhar de outro surdo. **Porque, antigamente, se dois surdos se olhassem e se identificassem com surdos, começariam algum tipo de gesto ou tentativa de comunicação, seja labial, expressão corporal, apontação, mas existia esse interesse nas trocas, gerado pela troca visual entre eles.**

Portanto, a relação surdo-surdo é descrita como um combustível cognitivo que, pela similaridade da experiência visual, intensifica os processos culturais.

*Se convivemos com ouvintes e nos encontramos com um surdo, é uma sensação diferenciada (de alívio/cumplicidade), e isso sempre acontece. **Tem uma ligação como se fosse um choque, uma descarga elétrica que “nos alimentasse”.** Se o surdo fica só com ouvintes, ele sente falta de algo, e **com surdos nos sentimos abastecidos (comparação com gasolina), nos dá força, energia, por isso falo em pares.***

No próximo relato, segue um conselho para quem ainda quer percorrer a busca por mais elementos culturais surdos, ou seja, encontros surdos.

*No diálogo em Libras e convívio, podemos perceber, sim, se a pessoa tem cultura surda ou não. E se não, ela ainda precisa ir a palestras, receber dicas, **andar com o grupo surdo para que possa desenvolver sua cultura e língua de sinais.***

Assim, a noção de cultura surda como uma semente (algo inerente ao sujeito surdo), que é regada, estimulada pelo contato surdo-surdo, leva-nos a significá-la como essência, ou como experiência vivida pelo surdo.

3.3. Cultura surda como experiência visual patenteada pelo sujeito surdo

*Existe sempre uma espécie de marcação entre os diferentes tipos de pessoas. **Por exemplo, marcações de pessoas ouvintes, em que o canal “aprendente” é o auditivo, e marcação de pessoas surdas, em que o canal “aprendente” é o visual.** Portanto, surdos e ouvintes.*

Ao pedir aos entrevistados que descrevessem como o processo de cultura surda se desenvolve para além do contato surdo-surdo, as respostas mostraram experiências que significam esse processo como experiência visual, narrando diferentes cenas de aprendizagem e sentidos de mundo a partir da base visual. Nesse sentido, a cultura surda também pode ser significada a partir da experiência visual, entretanto se essa (experiência visual) for vivenciada pela pessoa surda, é daí, patenteada, no sentido de ser uma possibilidade única do sujeito surdo.

*Surdos antigos, por exemplo, de 100 anos atrás, viviam de forma diferente, similar à dos surdos que vivem no interior hoje, geralmente mais isolados, sem contato entre eles. **É evidente que tinham e têm cultura, pela sua percepção visual. Esse surdo passa por esse processo naturalmente, diferentemente do ouvinte. Tem o seu jeito próprio, é impossível***

compará-lo, pois é um sujeito visual. Como falei anteriormente, comparo os surdos antigos com os surdos que hoje vivem no interior. Por exemplo, visualmente percebe o dia que o caminhão do lixo vem recolher, vê como sistematicamente isso acontece, bem como a periodicidade do fato. Com o tempo, vai aprendendo a perceber os dias que vão passando. A construção desse conhecimento é própria dele, constrói isoladamente, percebe que hoje é dia de o caminhão passar, no outro é dia de colher laranjas. Às vezes, a família até tenta fazer gestos sobre o cotidiano, mas essa construção do saber é muito isolada e vai se adaptando à forma de vida.

Apesar de a experiência visual ser um dos artefatos mais recorrentes ao se descrever a cultura surda, é importante salientar que ela também compõe o “canal aprendente” do sujeito surdo. É por ela que os surdos se desenvolvem cognitivamente e socialmente. A seguir, um trecho longo que descreve algumas situações em que a experiência visual faz parte da experiência surda.

As experiências dos surdos são muito específicas e particulares, diferentemente das dos ouvintes. Até mesmo pela língua de sinais, percebe-se que essa experiência é visual. A percepção de mundo se dá através dos olhos, pois não temos o canal auditivo. Quando sinalizamos, também percebemos visualmente o que está acontecendo no ambiente ao redor. Como expliquei, naquele livro americano, que aborda as questões de cultura, podemos perceber ali uma história sobre a rotina familiar: estando em um jantar com a família, sentados a mesa, existe uma mulher sentada e, na sua frente, uma criança comendo. Um membro da família, que é surdo, se levanta para lavar a louça. Quando retorna seu olhar à mesa, percebe que o ambiente mudou, a criança não está mais comendo. Visualmente ele procura um motivo e encontra a colher da criança no chão. Se essa mesma pessoa fosse ouvinte, apesar de estar lavando a louça, ouviria o som da colher e poderia prontamente recolhê-la. Os ouvintes e surdos percebem diferentemente esses ambientes. O sujeito surdo percebe se um objeto trocou de lugar, o que está mudando e acontecendo naquele ambiente. Isto é experiência surda. Esse mesmo livro relata outra história que menciona a experiência surda: uma criança vê repetidas vezes os pais abrirem a porta de casa e uma visita entrar nela, por isso a menina surda, quando quer receber visitas, vai até a porta e a abre, na expectativa de que também haja pessoas ali e se pergunta: por que é que toda vez que meu pai ou minha mãe abrem a porta tem gente do lado de fora e quando eu abro não tem? É claro que, no caso, os pais são ouvintes e escutaram o barulho da campainha, mas, como o surdo é ainda criança, não tem ainda essa percepção. **Este é mais um exemplo de uma experiência especificamente surda.**

Justifico, assim, o uso da palavra “patenteada”. Não que o uso da experiência visual seja exclusivo dos surdos, mas, ela é vivida, sentida e significada de uma forma única, pois toda a construção de mundo se dá a partir do visual. Em outras falas, a importância dessa experiência traz os contornos e a amplitude que ela abrange. Ao ser questionada sobre a construção da cultura surda, a entrevistada responde da seguinte forma:

Eu vejo que começa com a questão do visual, não é relacionada à questão da experiência ouvinte. Toda a sua construção é visual. A percepção de mundo se dá através dos olhos, constituindo uma cultura que posteriormente pode ser expressa. Na verdade, a cultura é expressão de toda essa percepção visual.

*Eu cresci com um processo de oralização até os 12 anos. Eu não me percebia com cultura surda, mas percebia, sim, a diferença, como o outro ouvinte e eu surdo, apenas isso. Mas os elementos, conteúdos da cultura surda, eu não tinha. Depois, com a Libras, foi como mágica, **percebi que minha diferença era o quê? Visual. Sim, minha cultura era visual.** A língua de sinais, sim, é importante, mas percebi que meu mundo é visual.*

Apesar de estar em constante movimento, os discursos que nomeiam um melhor lugar para o surdo, ou seja, a melhor escola (de surdos), ou a melhor opção linguística (língua de sinais), ou outras formas de ser e viver do “modo surdo” politicamente correto e aceito na comunidade, vemos, concomitantemente a isso, muitas discussões que, “apesar de ameaçar” a comunidade surda, já “permitem” outras opções, tornando o culturalismo surdo mais híbrido. Entretanto, independentemente dos caminhos e (des)caminhos que separam os surdos, existe um código visual que os identifica, os une, os torna **pares**.

*Às vezes, eu até esqueço o significado de cultura surda, pois é algo tão natural para mim, **mas, se eu for especificar, focar o principal e indicar o lugar onde tudo começa, é no visual. Para mim, a cultura começa no visual e depois tudo é consequência.** Porque eu dependo do visual; sem o canal auditivo, é preciso o visual para aprender, perceber, enfim, desenvolver. Por exemplo, se não escuto campainha, posso vê-la, ou, se não ouço a voz, posso tentar leitura labial ou língua de sinais. Não tem como categorizar tudo, mas para mim a primeira coisa, a base da cultura é o sujeito visual. **Com a base visual, ele pode optar por diferentes caminhos, pois existem diferentes identidades, mas para mim o visual é principal.***

A experiência visual é, então, narrada como a base, o início, o fundamental de onde derivam futuras experiências que significarão o mundo em volta. Porém, em algumas falas, ela é marcada como diferença. Para esta discussão, retomo Silva (2009), que aborda a ideia de que uma cultura não existe por si só, nem ao menos nega a outra, mas existe em relação a ela. Portanto, a experiência visual torna-se um forte elemento que caracteriza a cultura surda em relação à cultura ouvinte. Saliento novamente que a

experiência visual também é elemento da cultura ouvinte, porém o papel central e constituinte dos processos formativos é o que a torna potencialmente um artefato que fortifica os discursos culturais surdos.

*Sobre a questão da experiência, eu poderia falar muito, mas vou salienta um aspecto. Geralmente, o que acontece é a percepção de surdez como não-audição, percepção de que o mundo é sonoro. **O pensamento de que todo mundo escuta, mas eu não, e com isso a experiência visual e o início de estratégias visuais.** Porque eu sei que o mundo tem som e eu sou uma pessoa dentro desse mundo. Não que a origem da terra seja sonora, mas o planeta me parece uma bola de som, e eu dentro dele, percebendo isso, tenho inúmeras experiências de toda essa percepção, várias situações vivenciadas que trazem a experiência **surda, pois tudo que é sonoro precisa ser percebido pelo canal visual.***

Percebe-se, a partir daí, como uma mesma experiência pode ser vivenciada por surdos e ouvintes. Nas narrativas surdas, diversas vezes, foi mencionado que a aproximação com o universo surdo, para os ouvintes, é uma opção; entretanto, para os surdos, é uma necessidade, e isso é o que legitima certos artefatos apenas da cultura surda.

*Portanto, surdos e ouvintes. Cada um desses grupos de pessoas e marcações tem, sim, características e aspectos culturais específicos, **mas pode ter uma pessoa que “usufrua” desses dois contextos.** Tudo depende de suas estratégias, de sua forma de vida, de seu dia a dia, de suas experiências. **Ouvintes também podem se aproximar desse universo surdo, experienciar, criar estratégias nesse espaço e até imaginar como seria o mundo sem som; podem até tentar bloquear (por exemplo, com algodão) o canal auditivo e passar um dia comum na rua sem esse estímulo sonoro e podem talvez entender um pouco, sim, como acontece.** O surdo pode também se aproximar dessas marcações ouvintes, como usar aparelho auditivo, ouvir alguns sons, imaginar como seria o som de cada coisa e criar formas de entendê-los e significá-los e aprender, de certa forma, um pouco desse universo. Então, existe, sim, a possibilidade de experimentar esses dois espaços, evidentemente não 100% de cada um deles, mas pelo menos um pouco é possível, sim, nem que seja imaginando como seria. Ter certa parte dessas marcações é viável, sim, tanto ouvintes em relação aos marcadores surdos, quanto surdos se aproximando de elementos da cultura ouvinte.*

Começo a questionar: a cultura surda pode também ser vivenciada por ouvintes? Será ela exclusividade surda? Esses questionamentos levam-nos ao próximo bloco analítico.

3.4. Cultura surda: ser ou estar – eis a questão

Explico o ser ou estar: pelas falas, é interessante perceber que, para o surdo, a cultura surda significa a condição de *ser*, ao passo que, para ouvintes, indica a condição de *estar*. Inclusive, pela própria descrição biológica, ou essencial, ou experiência visual patentada, a cultura surda é entendida como naturalizada para os surdos e compreendida como possibilidade de apropriação para os ouvintes. Ao ser questionada sobre a cultura surda e sua relação com os ouvintes, uma entrevistada argumenta:

Ouvintes? Eu penso que não. Ele pode até conhecer, mas adquirir, copiar como se fosse surdo, não, é muito difícil porque é algo interno, faz parte de experiências construídas visualmente, sem experiência auditiva. Como vou dar para um ouvinte sentir e mudar, é impossível.

Continuo esta conversa trazendo a cultura surda como pertencimento, predicado particular do povo surdo. Uso “povo surdo”, pois nesse sentido mostra a cultura como sentimento partilhado entre um grupo de pessoas com a mesma forma de ver, viver, sentir. Inúmeras vezes, a concepção de povo e nação é descrita pelos surdos. No momento em que um povo estranho (ouvinte) adentra o seu território, e aqui falo propriamente do uso da cultura, é rapidamente questionado. Uma ideia muito interessante que aparece como recorrência é a comparação entre o “branco” na relação com os índios, na mesma esteira do “ouvinte” na relação com os surdos. O branco, mesmo que viva anos com uma tribo indígena, sempre descreverá ou vivenciará a cultura indígena como um estrangeiro. Da mesma forma, por mais próximo que o ouvinte esteja do povo surdo e por mais que partilhe de seus elementos culturais, ainda é *o outro*, e não *um nosso*, em território alheio.

Lembro que, nas discussões sobre a existência da cultura surda, trazemos algumas questões sobre a cultura indígena, pois os homens brancos os observam [índios] e escrevem sobre o que comem, como vivem, a partir de sua perspectiva. Da mesma forma, é complicado os ouvintes definirem o que é cultura surda.

O ouvinte tem como encontrar a cultura surda em contato com o grupo de surdos. Pode entrar nesse universo, buscar entender, observar, mas, em alguns momentos, ele se afasta desta realidade, por isso é difícil dizer que

os ouvintes têm essa cultura, pois, no momento em que se afastam, pode enfraquecer aquilo que adquiriu. É similar ao que acontece com a comunidade indígena. Uma pessoa branca pode ir até lá, conhecer, conviver, mas, quando se afasta, percebe que não possui a mesma realidade cultural. Portanto, para essa pergunta, respondo sim e não. Sim no momento em que ele está sinalizando fluentemente no grupo de surdos, todavia, ressalto que essa mesma língua não é necessidade para o ouvinte, pois em alguns momentos pode estar muito envolvido com essa língua e em outros não. Os ouvintes, diferentemente dos surdos, têm essa opção de afastar-se deste meio, e, na verdade, para os surdos, a língua de sinais é uma necessidade para viver.

A opção de participar ou não do enredo cultural surdo é condição exclusiva dos ouvintes; já para os surdos, além de naturalizada, ela é uma máxima para a constituição de sujeito.

Mais uma vez, a cultura aparece ligada a povo, a sentimento partilhado. Para se pensar a cultura surda dentro desse quadro, devemos atentar para o fato de que ela consiste dessa relação de singularidade entre iguais. A possibilidade de aproximação e convívio com o outro é o que permite a experiência de alguns desses elementos culturais.

*Eu acho que o ouvinte pode ter cultura surda, sim, ele [ouvinte] pode adquirir a cultura surda. **Cresce-se** com a comunidade surda e **convive-se** com ela, por exemplo, crianças que crescem nesse meio, mas, se o ouvinte começa a aprender e interagir depois e ter contato com surdo, vai agregando elementos da cultura, mas também depende.*

Se o “contato” surdo-surdo é imprescindível para o desenvolvimento cultural, o “contato” ouvinte-surdo é processo imperativo no tocante à cultura surda para ouvintes. Em uma das falas, o entrevistado diz que entender a cultura surda por livros, pesquisas e estudos é ineficaz se isso não estiver atrelado ao contato direto com a comunidade surda.

3.4.1 Ouvinte: de fora para dentro X Surdo: de dentro para fora



A experiência é algo do próprio sujeito, como ele vive e sente, é o “ser surdo”. O ouvinte não passa por este processo.

É impressionante e, ao mesmo tempo, fascinante garimpar, extrair das falas surdas o entendimento de que a cultura surda é atributo privativo do surdo. Essa característica inerente ao sujeito surdo é evidenciada nas seguintes falas:

*Eu acho que não, no caso de intérpretes, até podem adquirir, até mesmo filhos de surdos. Podemos ver filhos [ouvintes] de surdos ainda crianças sinalizando, tendo a mesma cultura de seus pais, **mas, na verdade, oficialmente, eles não têm a mesma cultura.** O surdo pode ter, sim, a cultura e identidade surda, porém, nos ouvintes, esse processo é diferente, não é igual.*

No recorte a seguir, observamos que essas discussões não estão apenas nas rodas informais de conversa ou nos corredores das Universidades, mas fazem parte de abordagens teóricas que ganham cada vez mais status científico.

*Durante encontros com surdos em aulas de mestrado, doutorado, tivemos inúmeras discussões, debates sobre a veracidade da cultura surda **ou se os ouvintes poderiam tê-la, e percebemos que os surdos têm, sim, uma expressão própria do seu jeito e sua língua.** A língua de sinais é uma expressão do surdo. O ouvinte não tem como criar isso. **Não é uma necessidade para ele.** Nós, surdos, precisamos da língua de sinais, pois é uma língua visual, e é assim que aprendemos. A cultura visual nos ajuda a perceber e a compreender o mundo.*

Essa qualidade peculiar aos surdos, propriedade restrita a esse grupo de pessoas, muitas vezes inibe curiosos e pesquisadores ouvintes de questionar, indagar e até mesmo escrever sobre o tema. A fala seguinte sintetiza o que é muito comum e frequentemente debatido na comunidade surda.

*Eu me preocupo porque a maioria dos livros sobre este tema é escrito por ouvintes. **Minha preocupação é porque estes ouvintes apenas a observam [a cultura surda] e não a sentem, nem mesmo a experienciam.** Os surdos sentem, têm experiências significativas, pensam, estudam e podem escrever sobre isso; portanto, os ouvintes não podem se apropriar disso tudo, **pois os ouvintes não sentem. Os surdos é que sabem e que sentem seus problemas sobre sua história e carregam tudo** isso,*

podendo descrever isso nos livros. E não acho certa essa aquisição por parte dos ouvintes, soa como aproveitamento. Os ouvintes podem realizar outras pesquisas.

Com vistas ao estabelecimento de um corpo surdo para tematizar sobre o tema da cultura surda, retomo as palavras de uma pesquisadora ouvinte em um congresso com público surdo ao ser questionada sobre a veracidade de suas pesquisas pelo fato de não ser surda. Ela exemplificou com a seguinte comparação: o fato de uma pessoa ter uma cardiopatia não a torna apta a ser um profissional que diagnostique e indique um possível tratamento. No caso, o médico (independentemente de ter ou não um problema cardíaco) é autorizado a falar com mais legitimidade sobre o tema, pois estudou para isso.

Em momento algum, a comparação cria alguma semelhança (doença, problema, deficiência), apenas atenta para a racionalidade que dita regras para a necessidade de viver a surdez para teorizar sobre ela. Mais uma vez, saliento que corroboro a noção de que a cultura surda é vivenciada de forma única e produzida a partir de pessoas surdas, mas, no momento em que ela toma dimensão de exclusividade analítica por parte do surdo, penso que deve ser relativizada.

A cultura surda é exaustivamente narrada pela qualidade de não ser auditivo, calcada no binarismo e relação surdo = não-ouvinte. Torna-se um paradoxo, na medida em que o povo surdo critica a comparação demasiada, mas se afirma na negatividade do não-ouvir.

*O ouvinte tem momentos de aproximação com a cultura surda. Ele pode perceber o mundo visualmente, mas também tem o canal auditivo, portanto, não é exclusivamente visual. **Para se ter uma experiência surda, é fundamental ser apenas visual.** Não se aproxima da constituição do sujeito ouvinte.*

*Ouvinte adquirir cultura surda? Eu acho que ainda faltam pesquisas nessa área. **Acredito que ele possa entender essa cultura, mas não se apropriar dela, porque o ouvinte tem o estímulo auditivo.** Pode até adaptar-se ao mundo visual, mas está acostumado com a sonoridade.*

*Não sei se pode, talvez **com um convívio intenso com surdos.** Mas vou tentar explicar... A cultura não é um termo pronto e é algo que se expressa espontaneamente.*

Enfim, acredito que este item analítico fortalece ainda mais a ideia de cultura como caráter biológico e também afirmada na oposição do ouvinte. Na

fala do próximo entrevistado, evidenciam-se essas articulações descritas. Finalizo como comecei, significando a cultura surda como de dentro para fora (surdos) e de fora para dentro (ouvintes).

*Difícilmente o ouvinte conseguirá “produzir” cultura surda de forma espontânea, talvez apenas adquiri-la, sendo sempre **de fora para dentro, e não de dentro para fora**, como acontece quando os surdos encontram outros surdos. O ouvinte pode “pegar” vários elementos da cultura surda, mas como irá expressá-los? No caso dos surdos, isso já vem dele e vai evoluindo.*

Com a explanação do “turista” ouvinte em terra de surdos, trago a próxima unidade analítica, que adentra nas questões de estratégias discursivas de apropriação, utilitarismo e processos de negociação da cultura surda.

3.5 Cultura surda – as muralhas do mundo surdo e a concessão de passaporte: codas, cônjuges e intérpretes



Assim, acredito que os ouvintes podem ser bem-vindos em nosso espaço. Ainda é difícil, mas pode ter um passaporte para cá, como se fosse um diplomata, mas os surdos seriam o governo oficial, selecionando quem pode e quem não pode ter direito a esse passaporte, ou seja, em quem se confia e em quem não se confia. No caso dos intérpretes, grande parte deles tem esse passaporte livre e pode entrar nesse espaço sem problemas, conviver com a comunidade, pois convive com o grupo. Como falei anteriormente, eles podem se aproximar desses marcadores que constituem o espaço surdo no caso de ter passaporte, mas não posso negar que o controle ainda é mantido.

A fala desse entrevistado corresponde ao entendimento da cultura surda como um forte elemento do universo surdo. Ele aponta claramente a divisão entre o mundo surdo e o mundo ouvinte. Em primeiro lugar, mostra a importância do “governo surdo” e de suas responsabilidades em manter o ouvinte sob constante vigilância. Em segundo lugar, busca fundamentalmente o caráter seletivo de quem pode ou não ter acesso aos elementos dessa cultura. É preciso estar seguro do interesse do ouvinte em aproximar-se da cultura surda, e, dependendo da forma como se relaciona, o seu “visto” de permanência pode ser suspenso. Outros recortes das conversas apontam para a mesma direção.

*Hoje, já está acontecendo uma mudança em relação a esse aspecto, certa adaptação, pois as pessoas “de fora” conseguem olhar para essa muralha e ver lá um grupo diferente, e pode-se abrir a porta e recebê-las como visitantes para manter um controle de quem entra. **Os “visitantes” em nossa muralha surda podem entrar, olhar, mas sempre alertamos que não é para eles “pegarem nossas coisas”;** na saída, deixe aqui, pois nos pertence. Dessa forma, hoje conseguimos ter um controle, mas apenas atualmente as pessoas podem entrar livremente no universo surdo. **Abaixamos nossas muralhas, mas mantemos o controle do que cada um que entra vem fazer aqui...** No que vai buscar, no que vai mexer, no que vai roubar e levar, por isso o controle é intenso e constante, pois temos uma história que faz parte de nós.*

Não vou aqui fazer algum juízo de valor em relação às afirmativas, mas podemos ver o “pegarem nossas coisas” como: “apenas surdo pode dar aula de sinais”, o surdo é “melhor sinalizante” que o ouvinte, “literatura surda, quem produz é o surdo”, ouvintes “não precisam pesquisar sobre isso”, etc. Não estou questionando essas frases, apenas exemplificando o quanto essa vigilância dos elementos culturais surdos permanece viva e eficaz, principalmente quando vinculada ao caráter mercadológico.

Para além dessa lógica utilitarista da cultura surda, acredito que esse termo ganha grande força discursiva, pois nomeia a diferença surda. Institui significados de ser surdo, significa a própria existência do sujeito. Durante décadas (e aqui não vejo necessidade de retrospectiva histórica), os surdos têm sido identificados como deficientes, o povo surdo vem descrevendo sua história com lutas, sofrimento, abdicação de sua própria essência, proibição de falar em sua própria língua; e eis que surge o discurso cultural como escape

salvacionista que legitima o “ser surdo” como sendo elemento fundamental, a base da diferença surda.

Para tratar desse imperativo no plano conceitual, acredito ser importante nos situarmos também no tempo e espaço em que ele aparece.

3.5.1. Cultura surda – libertação e manutenção: queima de sutiãs, fim da escravatura e oficialização da Lei de Libras



*Eu não vivi muita parte de nossa história, mas existe o legado de **nossos antepassados**, que foram construindo este espaço de hoje.*

É recursiva a comparação entre os movimentos feministas, movimentos negros e movimentos surdos. No primeiro caso, uma ligação de gênero, no segundo, de raça e, no caso de surdez, de especificidade linguística, porém todos com trajetórias similares. Segue uma materialidade discursiva que atenta para essa questão:

Foi similar à época de 1970, em que as mulheres queimaram os sutiãs publicamente e reivindicaram seus direitos. Eu sinto como se fosse a mesma sensação, as escolas onde os surdos podiam livremente usar a língua de sinais e usufruir desse direito. Começaram, então, os movimentos. A palavra mais sinalizada era “direito”. Os surdos sinalizavam: “Eu tenho direito, eu tenho direito, eu tenho direito”.

Pesquisar sobre um conceito tão recente é instigante e desafiador. Entender como o conceito de cultura surda ganha tanta legitimidade e com tão intensa e voraz amplitude leva-nos a perceber que está intimamente ligado a uma simbólica “libertação” e a um novo sentido de “ser surdo”. Em termos cronológicos, o fim da escravidão já ultrapassa 120 anos, e ainda existem várias iniciativas, como o sistema de cotas para afro-descendentes e campanhas contra o preconceito de raça, que derivam dessa trajetória. Já a queima de sutiãs em praça pública, aproximadamente 50 anos atrás, mostra uma revolução feminista que busca um novo olhar sobre a mulher, mas ainda hoje a diferença de remuneração no mercado de trabalho, a dupla jornada feminina ou até mesmo o sentimento culposos das próprias mulheres por buscar uma carreira em detrimento da criação de filhos se fazem presente.

Nessa lógica, a oficialização da Língua Brasileira de Sinais não completa nem uma década, e o decreto que a regulamenta existe há apenas cinco anos. De forma alguma tento comparar os movimentos, mas entendê-los como um marco que busca novos sentidos aos militantes que os integram, seja por raça, gênero ou língua.

Mais uma vez, vale lembrar que não objetivo discutir nesse trabalho as questões de raça ou gênero, nem mesmo se esgota aqui as possibilidades de análise que derivam dessa temática. Apenas significo esses movimentos como outros grupos sociais minoritários que demonstraram em fatos específicos uma luta pelos direitos dos pertencentes dos mesmos.

O que busco nessa linearidade histórica é discutir que ainda há, e talvez permaneça, essa significação pelo ser surdo. O conceito de cultura surda é central, pois, nas últimas décadas, ele opera assegurando e constituindo muitas conquistas para o povo surdo.

Quando eu era criança, existiam poucos movimentos surdos. O termo “cultura surda” ainda não havia sido divulgado, quase nada era falado em relação a isso, não tínhamos informações e nem sabíamos de nossos direitos e capacidades. Os surdos pensavam que a vida era assim, tranquila, quieta, mas, como o tempo, foi se criando a consciência de que podemos, sim, lutar por isso, organizar nossos movimentos, traçar caminhos, buscar informações, era como se estivéssemos acordando.

Os modos de vida surda imprimem uma forma de entendê-la ao longo dos anos e, com a entrada de surdos em Universidades e programas de pós-graduação, afrontaram as perspectivas em que eram narrados.

*Pois essas informações não circulavam, tendo em vista que os surdos não conviviam em grupos. Raríssimos eram os surdos que faziam faculdade, e até mesmo era difícil encontrar surdos com ensino médio completo. **Com o passar dos anos, essa realidade foi mudando, o número de acadêmicos surdos foi aumentando, e esse envolvimento nos movimentos e questões da militância surda foram cada vez mais articulados, garantindo algumas conquistas para os surdos.** Sem dúvida, a cultura surda foi extremamente importante para a compreensão desse momento, bem como para a continuidade dele, conquistando o direito de ser surdo. Essa consciência foi se fortalecendo à medida que mais surdos avançavam na vida estudantil e acadêmica.*

Os sentidos do “culturalmente surdo” estão em constante movimento e ainda são uma moeda, um artefato negociável na dura busca de “lugar autorizado” para a surdez nos discursos normalizadores.

*Eu gostaria de ainda falar que os surdos não têm o intuito de abandonar os ouvintes, **mas os surdos precisavam deste espaço para conquistar sua trajetória, para viver, pois foram durante muito tempo colonizados pelos ouvintes e denominados deficientes.** Existe certa rebeldia no sentido de não permitir que os ouvintes entrem ou mexam em nosso universo, mas é preciso que ocorram essas trocas.*

Já para outro entrevistado, o momento de luta, o movimento de marcação cultural já vem se tornando mais ameno. Ele aborda essa fase radical de forma retrospectiva, e não atual:

*Ainda em relação ao mundo surdo e mundo ouvinte. Antigamente, **essa marcação forte precisou, sim, ser feita.** Foi importante a instituição desses dois espaços em certo período, pois os surdos se sentiam dominados, colonizados, **e foi preciso construir uma muralha para fixar o lugar do surdo.** Isso foi preciso para garantir esse espaço.*

Passo a outro subitem desta discussão. Se a cultura surda, nomeada enquanto diferença essencializada, é movida a contatos e encontros entre surdos, é necessário permanecer nesse movimento, pois pode estar fadada a enfraquecer-se.

3.5.2 Comunidade em perigo = Cultura surda em extinção: Híbridez e “despurificação”



A maior parte dos surdos entrevistados, ao narrar todas essas modificações de sentidos e significados do “ser surdo” nos últimos anos, apesar de demonstrar tamanho empenho e labuta, denuncia uma nostálgica lembrança desse vigor que envolvia as comunidades surdas. Diferentemente da constituição das associações de surdos que hoje se formam, o espaço de encontro surdo naquela época era um dos únicos espaços onde a língua era compartilhada.

Atualmente, a tecnologia (principalmente ferramentas que permitem o contato com pessoas distantes através no computador) substitui o encontro presencial dos surdos, sem falar que a língua de sinais circula nos mais diversos espaços, não somente nas associações. Curioso o fato de que os entrevistados defendem o resgate do fortalecimento das associações locais como forma de manter uma pureza cultural e como se quisessem dizer “não se fazem mais grupos surdos como antigamente”.

Atualmente, as associações estão perdendo sua força, cada vez menos surdos as procuram, porque os surdos podem se encontrar nas escolas, no curso de Letras Libras, enfim, há vários espaços onde os surdos podem se relacionar e, portanto, as associações estão se enfraquecendo, não que vão se perder totalmente, mas...

Cada vez mais, os processos de hibridização cultural se intensificam entre surdos ou ouvintes, e, se a racionalidade cultural está calcada nos encontros para a “purificação” da espécie e “vigilância” dos indesejáveis visitantes ouvintes, a globalização pode ser significada como ameaça constante.

*Hoje a geração mais jovem do curso, como os alunos do curso de Letras Libras de 2008, é muito diferente. Cresceram na inclusão escolar, não sentem necessidade de ir às associações, ficam só na Internet com surdos, mas sem esse contato real, e com isso o enfraquecimento cultural. **Eu não sei se no futuro essa cultura não irá se extinguir.** É preciso registrar, mostrar e divulgar constantemente a cultura surda, é fundamental que isso aconteça.*

Em relação às possibilidades de sentidos para a cultura surda, ainda quero abordar os discursos que a reduzem à língua de sinais.

3.6 Cultura, sinônimo de língua?

No cenário atual, algumas discussões que envolvem a questão cultural a entendem como um determinismo ou como uma consequência da similaridade linguística. No tocante a essa questão, é importante salientar que a construção de uma língua oral e uma língua visual também conduzem a um processo de estabelecimento de relações internas diferentemente. No caso das línguas orais, geralmente a criança tem sua língua materna idêntica à língua nativa, crescendo no ambiente (ainda que restrito, por exemplo: comunidades alemãs no Rio Grande do Sul) em que sua maioria familiar é fluente.

No caso da língua de sinais (exceto surdos filhos de surdos), os sinalizantes têm sua língua nativa diferente da língua materna, e sua construção linguística está intimamente ligada aos seus processos identitários, constituindo-os e subjetivando-os. Portanto, esses discursos que reduzem a diferença surda apenas à diferença linguística devem atentar aos elementos que esta agrega. A seguir, a fala de uma entrevistada que salienta o papel constitucional da língua.

A primeira impressão para ver se a pessoa é culturalmente surda é a fluência da língua de sinais. Percebe-se facilmente a questão de domínio da língua, depois se questiona como vive, se convive com o grupo, o que ela pensa. Sempre, em primeiro lugar, o que se percebe é a questão da fluência na língua de sinais. Se ela oraliza ou fala verbalmente, é como se adapta à outra cultura, mas, se sinaliza muito bem, ela muda o registro das coisas. A língua propicia esse adentramento na cultura.

Um aspecto da relação entre língua e cultura surda é o circular protesto e descontentamento dos surdos quanto às políticas públicas no que tange à cultura surda. Os textos legais apontam a língua de sinais como máxima diferença surda; nessa lógica, o intérprete de língua de sinais daria conta desse processo cultural. Entretanto, essa reivindicação é no sentido de validar os processos culturais surdos e principalmente atentar para essa questão no que se refere à educação.

Ao longo dos anos, podem-se perceber também muitas leis e decretos vinculados à educação especial, mas até hoje em nenhum deles vemos o termo “cultura surda”. Fala-se nestes textos legais muito sobre questão de língua de sinais, porém é impossível desvinculá-la das questões culturais.

Cultura e língua são tão conectadas que em alguns fragmentos são tomadas como sinônimos ou como complementos. No caso a seguir, a pessoa surda afirma que não existia cultura surda quando ainda não se tinha a língua de sinais estruturada.

Antigamente, não existia cultura surda, porque a cultura não era completa, pois a língua de sinais não era estruturada. A comunicação era com gestos, sinais diferentes, apontação, poucos sinais... Realmente, não tinha cultura surda, muito menos era divulgada.

Conforme esta breve discussão, língua e cultura são dois instrumentos inseparáveis, mas não que a língua determine o comportamento cultural, ou que os processos culturais indiquem uma língua. Para finalizar, trago uma fala que exprime o significável fator linguístico como determinante cultural, mas que não cai no erro de restringi-lo a isso.

*E, enquanto isso, minha família não sinalizava nada, eu tinha uma identidade própria, diferente do mundo que me cercava. Era um sentimento de isolamento. Com o tempo e **contato com outros surdos e língua de sinais, comecei a expressar o que sentia, a aceitar e entender a minha cultura.***

Sendo assim, a cultura surda é significada como língua, diferença, marcador identitário, essência, artefato fundamental de lutas e característica inata do sujeito surdo, propriedade privada ou concedida a. É interessante perceber que nessa discussão podemos perceber em certos momentos a quebra dos essencialismos presentes na descontinuidade discursiva de alguns sujeitos. O próximo capítulo discute os efeitos dessas verdades no âmbito educacional.



“Os discursos podem ser entendidos como histórias que, encadeadas e enredadas entre si, se complementam, se completam, se justificam e se impõem a nós como regimes de verdade. Um regime de verdade é constituído por séries discursivas, famílias cujos enunciados (verdadeiros e não-verdadeiros) estabelecem o pensável como um campo de possibilidades fora do qual nada faz sentido – pelo menos até que aí se estabeleça um outro regime de verdade. Cada um de nós ocupa sempre uma posição numa rede discursiva de modo a ser constantemente “bombardeado”, interpelado, por séries discursivas cujos enunciados encadeiam-se a muitos e muitos outros enunciados. Esse emaranhado de séries discursivas institui um conjunto de significados mais ou menos estáveis que, ao longo de um período de tempo, funcionará como um amplo domínio simbólico no qual e através do qual daremos sentido às nossas vidas.”

(Veiga-Neto, 2000, p. 57)

4 TRAMAS DISCURSIVAS E O CONSUMO DA ALTERIDADE SURDA: POSSIBILIDADES E EFEITOS DO FUNCIONAMENTO DO CONCEITO DE CULTURA SURDA NO ÂMBITO ESCOLAR

4.1 Contornos e (des)contornos da cultura surda na escola

A cultura surda constitui-se em uma recorrência discursiva em diferentes espaços e vem sendo tão frequente que este tema tem sido naturalizado ao invés de problematizado, a ponto de, em alguns momentos, engessar-se e produzir uma escrita fixa sobre o sujeito surdo e, com isso, sobre a forma de ensino na escola.

É nesse sentido que agora desloco o texto das falas sobre uma cultura fixa, mas trago questões sobre como os discursos atrelados à cultura surda permeiam tanto os ambientes inclusivos quanto os espaços de escolas de surdos. Não busco aqui criar um juízo de valor acerca desses espaços, mas problematizar como esses discursos vêm sendo usados tanto para folclorizar o outro surdo quanto para marcar um movimento de resistência desse povo no que se refere aos processos inclusivos. Vale lembrar que a escola, para o aluno surdo, não é apenas um espaço de aprendizagem formal, mas um dos espaços onde ocorrem os processos de identidade e de construção da subjetividade. A pesquisa realizada pelo GIPES, já citada anteriormente, mostrou que grande parte dos surdos tem acesso à Língua de Sinais pela primeira vez ao entrar na escola, o que reforça a ideia de que a escola é lócus privilegiado de constituição de sujeito para o aluno surdo, uma vez que é lugar onde ele vai ter as primeiras trocas com seus colegas surdos.

Ainda sobre o processo de “constituição de sujeito”, é importante lembrar que não acontece apenas pelo acesso à língua de sinais. Faz-se pertinente retomar que a cultura surda não se restringe à língua de sinais, mas que é através da língua que há possibilidades de trocas e produção de significados.

Um dos mais conhecidos e promovidos discursos da educação inclusiva

é que devemos conhecer “o outro” a ser incluído. É essa armadilha de fecharmos e aprisionarmos elementos de um segmento de pessoas que nos impossibilita pensarmos a experiência.

Com a campanha inclusiva, estratégias e dispositivos são efetivados para colocar em funcionamento a maquinaria da escola inclusiva. Cursos e formações com pouquíssima carga horária e pouco rigor teórico são promovidos, produzindo concepções e práticas aligeiradas na educação de alunos surdos em contextos inclusivos. Esses programas estão na ordem da informação. A informação, para Larrosa (2002), não é experiência. O autor diz que a informação não deixa lugar para a experiência, afirmando que ela é quase o contrário da experiência e funciona como uma antiexperiência. Ele aponta a ênfase contemporânea na informação, em estarmos sempre informados “e em toda a retórica destinada a constituirmos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência” (Larrosa, 2002, p.21).

Apenas ouvir falar de algo não propicia a experiência desse algo. Entretanto, na busca do “conhecer”, acabamos conceituando a cultura surda. Algo que é importante salientar é que nossas práticas provenientes desse discurso vão constituindo a forma de o aluno surdo ver os outros e a si mesmo. Ao termos um discurso sobre a cultura surda, estamos produzindo a alteridade surda, ou seja, trazendo elementos e conjuntos de significados desse sujeito que pertence a esse grupo social. Esse conjunto de significados produz também uma representação desse sujeito.

Se, por um lado, ao produzirmos estamos sendo produzidos, ao estarmos produzindo a alteridade surda, também estamos produzindo e constituindo o sujeito surdo. Dessa forma, a força discursiva engendra as relações e práticas dentro da cultura surda, perpassada pela experiência. A cristalização da cultura torna-se perigosa; para Hall (1997b), outra forma de “regular culturalmente” nossas condutas está nos sistemas classificatórios que delimitam cada cultura, que definem os limites entre a semelhança e a diferença.

O sujeito surdo também é produzido por ouvintes que não experienciam a cultura surda, mas que produzem discursos. Nesse sentido, muitas vezes essa alteridade torna-se deficiente. Como Bhabha (1990) alertou, existe uma

“norma transparente” que se instala sempre na diversidade. “[...] Assim, a estrutura normativa produz uma contenção, uma obstrução e uma falsificação da diferença cultural” (Skliar, 1999, p.22). O referencial continua sendo a normalidade ouvinte; o discurso inclusivo recai na tentativa de aproximação da normalidade, produzindo o sujeito da falta. Segundo Lunardi & Camatti (2009, p. 10):

Sob esse caráter translúcido da norma, fica fácil para a escola, para o currículo e para as normativas da Educação Inclusiva converter aquilo que seria “diferença” em uma série de “atributos diferenciais” em que cada criança passa a ser classificada, hierarquizada e adjetivada. Nesse sentido, as políticas educacionais pensadas para as “diferenças surdas” podem soar e cair naqueles trivialismos e folclorismos particulares de formas de vestir, de comer, de dançar e, por que não, de se comunicar. Nessa lógica, o que fica em exibição é sempre a contradição, a desconformidade do outro em relação ao um, ou melhor, ser diferente marca o lugar do outro e do um. Nessa mesma matriz, a diferença passa a ser representada como algo indesejável, incomum, devido ao seu tom de anormalidade, estranheza e exotismo.

Essa estranheza é que vai produzindo a alteridade do sujeito surdo como deficiente, folclórico, um sujeito a ser celebrado, o que muitas vezes constitui as próprias percepções do que é ser surdo para o próprio sujeito surdo. A partir da materialidade do surdo, inúmeros discursos dão significados e constituem verdades sobre esses sujeitos. Não pretendo generalizar os discursos inclusivos, mas cabe a este espaço discutir a proposta de conhecer para incluir, uma vez que conhecer não é experienciar e nem ao menos elencar atributos a um grupo de pessoas. A seguir, a fala de uma entrevistada:

*O surdo tem cultura surda, **mas a forma como os ouvintes teoricamente analisam esta questão tem vários caminhos.** Alguns entendem a partir do seu referencial de cultura ouvinte e a julgam em um nível inferior, não atentam para as especificidades dessa cultura e desacreditam o termo. Por isso, digo que existem diferentes formas de olhar para a cultura.*

Não pretendo me posicionar contra ou favor da inclusão de alunos surdos no ensino regular, pois isso nem caberia na perspectiva em que me encontro. Porém, os projetos que visam a trabalhar com as diferenças culturais correm grandes riscos de colonização.

Outro risco comum às políticas públicas que já foi bastante discutido é a redução da diferença cultural na diferença linguística. A grande bandeira inclusiva fundamenta-se também na oficialização da Língua de Sinais através da lei nº 10.436 de 2002 e, posteriormente, do decreto 5.626 de 2005, que tentam dar conta desse processo multifacetado que é a inclusão. Em contrapartida, os discursos militantes da comunidade sobre cultura surda vêm cada vez mais se caracterizando como movimento de resistência à prática de normalização na tentativa de perpetuação de uma pureza cultural.

Na tentativa de afirmação de sua cultura para garantia de alguns espaços e direitos, os surdos mobilizaram-se por políticas de identidade. Pela própria história de lutas do movimento surdo e incansáveis reivindicações pela oficialização da Língua de Sinais e de outras conquistas da comunidade surda, torna-se possível entender alguns dos argumentos da liderança surda no que se refere à inclusão escolar de alunos surdos em classes regulares com maioria ouvinte. Nesse sentido, torna-se pertinente, então, atentar para o exaustivo discurso de uma pureza surda não contemplada na escola regular.

É comum percebermos, na militância surda, discussões sobre a importância de haver, na educação básica de alunos surdos, um currículo que contemple disciplinas de escrita de sinais, história dos surdos, arte surda, bem como espaços onde os alunos surdos possam estar com seus pares para os processos de identidade se efetivarem com mais qualidade. Enfim, há uma série de diferenciações em comparação a uma escola regular que busca garantir uma educação mais completa e voltada para o universo surdo. Percebe-se esse argumento de um dos entrevistados:

*A escola Reinaldo Coser, em sua grande parte, respeita a cultura surda, raros os que ainda não aceitam. Em outras escolas, não sei como acontece, pois trabalho em uma escola de surdos específica. Sei que em Santa Rosa não aceitaram a escrita em Libras. **Os surdos se deixaram ser influenciados pelos ouvintes em relação a isso, e dessa forma a escrita de sinais foi proibida.** Na escola de surdos Padre Reus, em Esteio, também foi proibida a escrita de sinais, e não há liberdade para esse aprendizado.*

Entretanto, na tentativa de assegurar esses espaços, mais uma vez o discurso sobre a pureza cultural toma força, não sendo permitido ser diferente do que é instituído. Fecha-se a opção de hibridez, de escolha por outros

espaços e adentramentos culturais, e elencam-se comportamentos a serem seguidos à risca para garantir a segurança da comunidade surda. Essa busca por “um lugar”, pela segurança do pertencimento, também podem ser identificada em outros grupos que lutam por políticas de identidade. Por isso é cada vez mais comum vermos os discursos surdos se afastando da educação especial e aproximando-se de grupos étnicos e linguísticos minoritários. Até porque “a raça é uma categoria discursiva e não biológica” (Hall, 2006, p.63).

Esse discurso cultural, narrado muitas vezes de forma bucólica, também evidencia uma tentativa de maior purismo da comunidade surda. Para Bauman (2003, p.7), “a comunidade é um lugar ‘cálido’, um lugar confortável e aconchegante [...] Aqui na comunidade podemos relaxar - estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente um ‘canto’ aqui é ‘escuro’)”. O autor ainda diz que, em uma comunidade, todos se entendem bem, podem confiar integralmente, estão seguros a maior parte do tempo e raramente ficam desconectados ou são surpreendidos. Em uma comunidade, “nunca somos estranhos entre nós” (Bauman 2003, p.7).

É nesse jogo de pertencimento que se elencam atitudes a serem seguidas para que se perpetuem com mais pureza as qualidades de uma comunidade. Não se há de negar que toda cultura possui artefatos que a constituem, porém não podemos reduzi-la a isso. Podemos citar alguns desses artefatos, trabalhados pela pesquisadora surda Strobel (2008): experiência visual, linguística, familiar, literatura surda, vida social e esportiva, artes visuais, política e materiais. Cada um desses artefatos institui formas de viver, de ver o mundo e estabelecer relações.

O que acontece é que, no afã da perpetuação de uma cultura surda, se produzem padrões de comportamentos surdos que, se não são seguidos à risca, são vistos como uma ameaça à comunidade surda. É criado, dentro desse processo, um surdo-padrão – qual seja: político, envolvido nas causas surdas –, nomeando-se uma série de atributos que caem na mesma armadilha da normalização do sujeito, agora não mais em relação ao ouvinte, mas em relação ao próprio surdo.

Quando falo em normalização, refiro-me a uma norma instituída que por vezes tem seu amparo na cristalização da cultura surda, num discurso engessado e delimitado. Sendo assim, naturalizemos menos e

problematizemos mais. O engessamento da cultura, tanto pelos discursos inclusivos quanto pela resistência surda, tende a enclausurá-la, a classificá-la e a conceituá-la, impossibilitando os questionamentos, as problematizações, as inferências que são primordiais na produção do sujeito surdo.

Entender como são produzidos os discursos, para quem, como, quando e com qual finalidade, é uma forma muito mais modesta, mais humilde, de caráter investigativo que não busca uma verdade universal. Para Larrosa (2008), o desejo de realidade impulsiona-nos a problematizar. O que o autor propõe é vibrar com esse desejo de realidade, com essas práticas e esses discursos que chamamos de investigação educativa. Para o autor, é nesse desejo de realidade que somos impulsionados a problematizar nossas formas de ver, de dizer e de pensar o “educativo”. Segundo Larrosa (2008, p.186): “o desejo de realidade não é muito diferente do desejo de experiência. Mas de uma experiência que não seja ditada pelas regras do saber objetivante ou crítico, ou pelas regras da intencionalidade técnica ou prática”.

Dessa maneira, a partir do autor citado, entendo que o real só acontece na medida em que escapa ao que já sabemos, ao que já pensamos ou ao que queremos. Ainda segundo Larrosa (2008, p.186): “por isso o desejo de realidade é também um desejo de alteridade. Mas de uma alteridade que não tenha sido anteriormente capturada pelas regras da razão identificante e identificadora. Uma alteridade que se mantenha como tal, sem identificar, em sua dimensão de surpresa”.

Enfim, não se trata de voltar ao que os filósofos faziam durante muitos anos com a pergunta “o que são as luzes?” ou “o que realmente é isso?”. A busca pelo esclarecimento não é uma boa jornada, mas torna-se produtiva, na medida em que procura entender a constituição do sujeito e, no que diz respeito à problemática aqui abordada, entender os discursos referentes à cultura surda e sua relação na constituição na subjetividade e alteridade surda.

4.2 O fenômeno conceitual e a cristalização da cultura no essencialismo: as estratégias de resistência e o perigo do reducionismo categorizante

“A comunidade surda, ao se opor aos discursos que a localizam na lógica da deficiência e dos discursos ouvintistas, acaba, também, excluindo aqueles que não atingem as prerrogativas de ‘uma suposta cultura surda’.”
Klein & Lunardi (2006, p.20)

Falar sobre recorrências discursivas nas lutas e movimentos políticos, educacionais e linguísticos do povo surdo é falar em cultura surda. Não me recordo de algum evento, curso ou formação na área da educação de surdos em que o termo “cultura surda” não esteja presente. Com a oficialização da Libras no ano de 2002, o povo surdo foi à luta pela legitimação, porém, tem se mostrado ainda na luta pela significação de algumas práticas recorrentes dessa lei que não atentam para o fator cultural. Muitos pesquisadores surdos ainda querem uma reformulação que contemple o assunto. Na fala da entrevistada, evidencia-se essa preocupação:

*Conheci um documento novo elaborado pela ONU, onde o Brasil o aceitou dentro da convenção das pessoas com deficiência tendo um trecho específico sobre surdez, **e ali também não falava nada sobre a cultura surda**, sendo este um documento do mundo todo.*

*Em 2007, eu assisti a uma palestra de Paddy Ladd, explicando que **a maioria das leis não menciona a cultura surda**, e isso me angustia um pouco.*

Nesse mesmo período cronológico, as políticas de inclusão ganharam muita força e, com elas, inúmeras estratégias para sua efetivação. Com receio de que a inclusão preponderasse e de que os espaços de educação de surdos e, principalmente, as escolas de surdos fossem extintos, os movimentos surdos voltaram-se à defesa do espaço escolar para a identidade surda. Segundo Hall, (2006, p. 80), “a globalização caminha em paralelo com um reforço das identidades locais, embora isso ainda esteja dentro da lógica da compreensão espaço-tempo”. Nesse sentido, o povo surdo busca nomear sua cultura como algo fixo, estável. Atrelada a esse discurso, muitas vezes a pureza cultural do surdo fica em evidência, como podemos perceber em falas do tipo: “temos uma cultura própria”, colada à ideia de essencialismo, que acaba por reduzir a experiência da cultura surda a artefatos culturais. Essa redução da cultura simplesmente aos seus artefatos é perigosa, no sentido de que a escola inclusiva pode “providenciar” esses artefatos, afirmando-se e, então,

nomeando-se a escola inclusiva como bicultural, sem considerar a experiência da cultura.

A escola de surdos torna-se um espaço de resistência surda no que concerne às práticas normativas da escola regular inclusiva, que não “leva em consideração” a cultura surda, pensando-se que uma disciplina de Libras no currículo vá dar conta de transpor o limite da experiência cultural. A “didatização” ou “pedagogização” da cultura surda também vem sendo fortemente instituída nos espaços de educação de surdos. A pesquisadora Stumpf (2008) fala da experiência na Noruega, onde os surdos estudam durante um ano sobre sua cultura, com conteúdos específicos da cultura surda.

Na tentativa de preservação desses espaços escolares para surdos, o termo “cultura surda” é usado como estratégia política da diferença e tem sido tão difundido que muitas vezes cai no engessamento, na escrita fixa.

Essas práticas reducionistas vão produzindo representações a partir dos significados e enunciados de uma cultura. Se a militância surda lutava por desconstruir a ideia biologizante da surdez, agora precisa estar atenta aos discursos pautados no essencialismo da cultura. Existe o bônus de esse discurso promover maior clareza quanto a um sujeito surdo antropológico e cultural, porém o ônus de produzir padrões culturais se for tão imposto discursivamente.

No discurso da cultura surda, as produções da alteridade surda também se constituem. A ideia de cultura perpassa e interpela os sujeitos surdos. As narrativas, vivências e experiências vão constituindo a representação da cultura surda através da linguagem. O cruzamento desses discursos com pesquisas etnográficas de descrições culturais fechadas vem sendo promovido a todo momento. As identidades surdas não podem ser apreendidas, nomeadas e narradas de forma única, sendo que muitas vezes uma identidade como referência padrão é uma prática recorrente na escola. Silva (2004, p. 133) entende a cultura como um campo de produção de significados e ressalva que nesse espaço “diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla”. Silva ainda afirma que a cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação.

Nas significações acerca do sujeito surdo, utilizo-me de Hall (2006) para pensar que o sujeito pós-moderno vive num contexto de extremas mudanças; a globalização muitas vezes força um determinado grupo de pessoas a buscar certa pureza cultural, no sentido de que ela não se perca. Como diz Canclini (2005, p.9): “la constitución lingüística (Baktin, Bhabha) y social (Friedman, Hall, Papastergiadis) del concepto de hibridación ha colaborado para salir de los discursos y esencialistas de la identidad, la autenticidad y la pureza cultural”. A hibridez cultural assume importante papel nas discussões sobre a cultura surda.

Afinal de contas, para o espaço educacional surdo, é importante saber o que realmente é cultura surda? Acredito que nesse espaço analítico não, mas é imprescindível procurar entender como essa cultura é produzida e o quanto as representações que se tem dela regulam as condutas dos agentes envolvidos na educação de surdos, peça fundamental na produção da alteridade surda. Nesse sentido, regulam tanto as práticas pedagógicas dos professores quanto a dos protagonistas desse processo: os alunos surdos.

4.3 O fenômeno conceitual a cristalização da cultura surda no discurso da normalidade: da folclorização do sujeito à produção da alteridade deficiente

“... é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.”
(Foucault, 1991, p.30).

A sucinta discussão a seguir tensiona os discursos acerca da surdez em espaços escolares inclusivos e seus efeitos nos processos de subjetivação dos alunos surdos. Nas palavras de Foucault (2008, p.44), “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos

discursos, com saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Nesse sentido, em escolas regulares onde há a inclusão de alunos surdos, é comum vermos uma gama de significações de ser-surdo produzidas por um conjunto de práticas discursivas que vão desde o discurso comemorativo do sujeito surdo, alocado em um fetichismo pela diferença, até a tolerância travestida pela norma transparente, como nos mostra Bhabha (1990), explicado por Skliar (1999, p.22):

Homi Bhabha (1990) propôs uma distinção significativa entre a idéia de diferença e diversidade e criticou o uso deste último termo, quando é utilizado - em um discurso liberal - para denotar a importância de uma sociedade “plural e democrática”. Bhabha alertou sobre a existência de uma “norma transparente” que se instala sempre na diversidade (...). Assim, a estrutura normativa produz uma contenção, uma obstrução e uma falsificação da diferença cultural.

No folclorismo da cultura surda, existe certa excentricidade do sujeito surdo. Neste último caso, falas do cotidiano inclusivo, como *“é um privilégio ter um aluno especial conosco; vamos valorizar as diferenças; semana destinada a trabalhar com os especiais; vamos aprender gestos e mímicas”*, mostram o quanto essas narrativas estão calcadas na diversidade, e não na diferença, tecendo uma trama discursiva enredada na normalidade. Esse dois tipos de discurso aproximam-se muito, pois evidenciam uma norma, sendo o surdo um sujeito desviante que tanto merece ser celebrado, quanto deve ser tolerado. Inclusive, acredito que nesse evento a celebração está tão articulada à tolerância que se torna uma de suas facetas.

A partir da materialidade do corpo surdo, inúmeros discursos dão significados e constituem verdades sobre os sujeitos surdos. A partir do discurso da norma, o sujeito surdo passa a ser colonizado pela maioria ouvinte, que muitas vezes impõe práticas oralistas não condizentes com os processos linguísticos de surdos, que apontam a Língua de Sinais como língua nativa. Skliar (1999) traz a ideia de que os surdos têm sido permanentemente inventados e excluídos e de que seus corpos foram moldados a partir do ouvido incompleto e fala insuficiente. Dessa forma, nesses discursos, o surdo é constituído pela alteridade deficiente inventada. Skliar (2001, p. 120) aponta uma questão crucial nas políticas culturais e educativas, que parece ser, atualmente, a das interrogativas sobre as “representações acerca da alteridade

que nos convertem em aliados de certos discursos e práticas culturais, tão politicamente corretas quanto sensivelmente confusas”.

Partindo dessa premissa, o lócus escolar é um espaço privilegiado de produção de subjetividades. Segundo Veiga-Neto (2007, p.99), “as palavras e seus sentidos se estabelecem sempre discursivamente. Enfim, para Foucault, mais do que subjetivo, o discurso subjetiva”. E é nesse contexto que ele vai consumindo a alteridade que tal espaço produz. Lopes (2009, p.107) sugere como uma condição de entendimento das práticas educacionais diluídas na população o entendimento da inclusão “como conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos de forma que eles passem a olhar para si e para o outro”, mas “sem necessariamente ter como referência fronteiras que delimitam o lugar do normal e do anormal, do incluído e do excluído”. Alguns dispositivos dentro do contexto inclusivo, como o currículo e o projeto político pedagógico, não apenas elencam um conjunto de saberes em que o sujeito aprendente está inserido, mas também denotam a noção que se tem desse sujeito.

A escola é um espaço constituinte nos processos culturais dos alunos, principalmente pela força discursiva que aloca. Segundo Sardagna (2007, p. 187), ao longo dos anos, os discursos foram produzindo políticas educacionais cujos sentidos se tornaram fundamentais. A autora afirma que “hoje, o fato de estar na escola tornou-se uma verdade inquestionável”. Segundo ela, “nesse sentido, as práticas não provêm somente da União, mas da própria população, que assume esses discursos pelo peso da verdade que eles têm”.

Mas como esses regimes de verdade são produzidos na escola inclusiva? De que forma as forças descritivas vão se constituindo em um regime de verdade que afirma que todos temos direito à mesma escola? Um desses regimes é a ideia da redução da diferença cultural à Língua de Sinais, que inevitavelmente tensiona mais uma vez em articulação com o contexto escolar.

Capturada pela lógica da diversidade e do pluralismo, a política de inclusão vem criando estratégias de ater-se à diferença ao inserir nos currículos dos Cursos de Licenciaturas a obrigatoriedade da disciplina de Libras. Tal disciplina muitas vezes é pensada numa forma metodológica tecnicista que se restringe ao ensino de uma pequena quantidade de sinais, sem trazer elementos teóricos e problematizações sobre cultura. Esse exemplo

refere-se ao reducionismo da diferença cultural na formação de professores. E, dentro do lócus escolar, lugar privilegiado de interação e aprendizado, onde a compreensão da língua é suficiente para a questão cultural?

A língua institui não só uma comunicação linguística, mas é a partir dela que muitas vezes ativamos nossos sistemas culturais. Entretanto, há de se ter cuidado com o reducionismo quando se reduz a diferença na língua; nessa lógica, o intérprete de Libras em sala regular mais uma vez seria a válvula de escape. Trago ciclicamente essa discussão e aqui a abordo articulando-a aos espaços inclusivos.

A língua de instrução, em alguns espaços, é a Língua de Sinais, mas a língua das trocas, brincadeiras e relacionamentos continua sendo a Língua Portuguesa. Nesse contexto, as possibilidades de trocas entre colegas e o referencial do professor são extremamente prejudicados, pois a comunicação não é direta, entre inúmeros outros fatores que agregam a cultura surda no contexto escolar, principalmente no ensino fundamental, em que a criança começa a constituir uma noção de si.

Ainda sobre os sentimentos e entendimentos gerados e provenientes do espaço escolar, utilizo-me das palavras de Hall: “(...) ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da ‘alteridade’. Há, juntamente com o impacto do ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’” (Hall, 2006, 77). Assim, a folclorização e o reducionismo da cultura surda são carregados de narrativas tolerantes sobre o sujeito surdo, produzindo uma alteridade deficiente.

Entretanto, percebe-se um empenho discente ou diretivo para que a escola atente à “cultura surda”, mas ainda atravessada apenas pela diferença linguística. É corriqueiro, nas salas de aula onde se encontram alunos incluídos, um “esforço” por parte dos professores em levar a turma a “experienciar” o outro. Brincadeiras e jogos, como colocar venda nos olhos dos alunos para compreenderem o colega cego, passar o dia em uma cadeira de rodas para viver a vida de um cadeirante e aprender sinais isolados para atentar para a questão linguística dos alunos surdos, são tentativas de um projeto que jamais dará um sentido “de experiência”, de significação do ser surdo e pertencer a uma cultura.

Todos esses mecanismos acabam por enclausurar a diferença como estratégia para não lidar com o inesperado, com a estranheza; portanto, conhecer, “trazer para perto” é uma estratégia para o controle e regulação dos estranhos. Costa (2007) afirma que o aparato de conhecimentos produzidos pela modernidade é recheado dessas narrativas, que têm o objetivo de tornar administráveis os objetos sobre os quais falam. “Conhecer o que deve ser governado é parte da estratégia que permite a regulação e o controle dos indivíduos, grupos, processos e práticas” (Costa, 2007, p.102).

Enfim, a escola é lugar autorizado de produção de saber onde os discursos sobre a diferença são legitimados. Assim, a forma como o outro é narrado está vinculada à forma como esse outro se constitui.

Nesse sentido, quero esclarecer que esta discussão marca outra vez o caráter salvacionista do fenômeno cultural da cultura surda como forma de se contrapor a todas as enunciações que constituem os processos normalizadores vivenciados na trajetória escolar inclusiva experienciada pela grande parte dos adultos surdos hoje.

4.3.1 O imperativo da cultura surda no plano conceitual como forma salvacionista da lógica deficiente



Ao pensar em todos os elementos que constituem o povo surdo atrelado ao sistema de educação inclusiva, pergunto então: o que está sendo produzido nesse espaço? De que enunciados os alunos surdos vêm sendo atravessados e, conseqüentemente, como vêm constituindo sua subjetividade? Durante anos, os surdos foram narrados como deficientes, como sujeitos da falta, e o discurso cultural vem proteger, socorrer, subverter essa natureza deficiente da surdez. Acredito que a noção de cultura, nos últimos anos, ganhou dimensão tão ampla e voraz em discursos tão prolixos, estando estes intimamente ligados à constituição do eu-surdo.

Nesse sentido, recordo-me de uma “conversa direcionada” com um pesquisador surdo, na qual eu o questionava sobre o encontro com a sua diferença, como e em que momento ele se percebeu surdo, sujeito culturalmente visual. Trago essa fala, pois ela materializa o tópico explanado nesta subunidade textual.

Durante toda a minha escolaridade, eu me sentia diferente, sim, desde os primeiros anos na escola, percebia minha diferença. Nunca alguém me disse: você é diferente, mas a movimentação e as práticas discursivas me nomeavam a todo momento: diferente.

Essa conversa não fez parte do grupo dos pesquisadores surdos entrevistados e “aconteceu” informalmente como mais um “encontro” com minha pesquisa, pois eu mantive um “olhar à espreita” quando pedi a um amigo surdo que conversássemos sobre o tema. Ele também, como mestrando e parceiro de debate, entendia a importância desse acontecimento da reta final de pesquisa e poderia significar de forma mais coesa os contornos da conceituação cultural na escola, pois vivenciara muitos momentos que eu abordei neste capítulo. Portanto, sigo com mais um fragmento de nossa conversa, que aqui significo como saber sujeitoado. Eu o questioneei: *como você significa esse diferente?* Colaborando com a discussão anterior, transcrevo sua fala:

*Descobri minha diferença na escola, mas a significava como doença, deficiência, como se todos os colegas fossem normais e eu nunca iria conseguir ser como eles, **me senti doente durante anos**, até que, com contatos com a comunidade surda, eu entendi a cultura surda. Assim, eu assumi minha forma cultural de ser surdo, encontrei minha essência. Perdi*

anos sem ter essa experiência. Hoje sou completo e encontrei meu verdadeiro eu graças ao encontro com a cultura surda.

Novamente a ideia de cultura vem atrelada à noção de existência, essência. Os discursos pautados pela norma recaem hoje nos discursos da tolerância, no que tange à tolerância do diferente nesses espaços. Trago Silva (2000) ao questionar se a perspectiva da tolerância da diferença é suficiente para servir de base para uma pedagogia crítica e questionadora: “não deveríamos, antes de tudo, ter uma teoria sobre a *produção* da identidade e da diferença?” (Silva, 2000, p. 74).

Ainda nesta discussão, atento para a produção de uma alteridade deficiente nos espaços inclusivos, visto que o sujeito surdo, no discurso da tolerância, ainda que figurado pelo caráter celebratório, continua sendo um sujeito desviante. Para Veiga-Neto (2000, p.56), “os discursos podem ser entendidos como histórias que, encadeadas e enredadas entre si, se complementam, se justificam e se impõem a nós como regimes de verdade”. Sendo assim, a escola como espaço de poder-saber institui verdades e realidades do sujeito surdo, sendo peça fundamental na forma como o próprio sujeito surdo entende sua diferença.

Dentre vários espaços onde circulam regimes de verdades (se é que existe algum onde estejamos neutros e não passíveis da ação deles), aqui se tratando especificamente de regimes de verdade sobre a cultura surda, o que abordei com mais atenção foi o espaço educativo. Saliento esse espaço porque é nele onde muitos surdos começam a se “ver” surdos, a “abrir suas gavetas” de culturas, onde são narrados, se narram, se constituem e são inventados. A subjetividade surda constituída nas escolas constitui-se parte importante no **imperativo da cultura surda no plano conceitual**.

Para Gadelha (2009, p.173), a educação agencia a questão da subjetividade, “envolvendo-se em processos, políticas, dispositivos e mecanismos de subjetivação”, ou seja, como o próprio autor indica, “constituição de identidades, de personalidades, de formas de sensibilidade, de maneiras de agir, sentir e pensar normalizadas, sujeitadas, regulamentadas, controladas”, e ainda em relação a isso o autor coloca que “resistência ao poder entra em foco podendo pensar como ela, “a educação, se encontra

implicada na invenção de maneiras singulares de relação a si e com a alteridade”. (Gadelha 2009, p.173)

Se a cultura surda atrelada aos processos de subjetivação do sujeito surdo no contexto educativo está conseqüentemente vinculada à sua alteridade, se a alteridade é a “qualidade do outro” e esse outro é a todo momento nomeado e capturado pela lógica da escola inclusiva e, por que também não dizer, da escola de surdos, acredito que muitas das concepções desse outro narrado e vivido nas práticas discursivas subjetivam esse outro-eu surdo participante desse espaço.

Todos esses enunciados discursivos, lembrando que não é só a fala que constitui um discurso, mas todas essas práticas, constituem um jogo de significados que produz uma alteridade surda. Fischer (1997, p.64) trata o discurso como um conjunto de “enunciados apoiados numa formação discursiva, ou seja, num sistema de relações que funciona como regra, prescrevendo o que deve ser dito numa determinada prática discursiva”.

Não poderia deixar de salientar, então, o papel das escolas e os regimes e verdades que circulam nelas como constituidores da subjetividade surda, visto que peculiarmente é na escola que a grande maioria de surdos tem acesso à sua língua nativa e, conseqüentemente, onde eles compreendem e elaboram sua visão de mundo, de vida e de Eu. Portanto, concordo mais uma vez com a afirmativa de que “o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem” (Fischer 1997, p.64).

Por fim, venho também dizer que inúmeros sentimentos e processos de subjetivação podem ir se constituindo para além dos aqui descritos. A partir de inúmeras conversas com a comunidade surda, poeticamente encerro este capítulo entendendo que o espaço inclusivo muitas vezes se constitui em um lugar onde o surdo se sente hóspede, estrangeiro, e seu “encontro” com cultura surda é significado como o retorno à sua “terra natal”, à sua “essência”.

5 NOTAS FINAIS...

5.1 Parafraseando Hall: que surdo é esse da cultura surda?



*Eu sinto que **a cultura surda já existe há muito tempo**, ela já foi produzida há muito tempo, mas ao longo desse tempo passou por diferentes etapas.*

A afirmação acima remete a inúmeras outras semelhantes a ela feitas durante os diálogos, trocas, conversas, encontros que tive com a comunidade surda. Durante essa pesquisa pude constatar, pelas narrativas surdas, que o termo “cultura surda”, começou a ser utilizado, ou entendido, a partir de 1980. Antes, eram utilizadas outras nomenclaturas, que tentavam dar sentido a uma diferença surda, a uma forma de “ser surdo”.

Essas narrativas e defesas do modo de ser surdo foram se constituindo em movimentos, lutas, entraves políticos, e a justificava para tal começou a ser pautada na diferença pela cultura surda. Nesse contexto pude entender que esse novo conceito, a definição de cultura surda ganha legitimidade, força e caráter científico.

Ainda que não se conceitue a “cultura surda” sistematicamente, pode-se afirmar que ela vem operando como tal. Por isso este trabalho teve uma inspiração genealógica, pois buscou entender a emergência desse termo e as verdades que o sustentam, a partir de saberes sujeitados do povo surdo. Para Foucault (1999) a genealogia é o acoplamento dos conhecimentos eruditos e

das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais

Esse resgate dos saberes locais como formas de enunciação do discurso cultural surdo ganha diferentes significados e sentidos: sinônimo de língua, essencialismo de uma natureza surda, oposição ao ouvinte como resistência a uma lógica normalizadora, estratégia de política de identidade – enfim, toma possibilidades desde o caráter mítico até o mercantil.

Esta pesquisa não procurou apenas “dissertar” sobre esses possíveis significados, mas aproximá-los do que Foucault chama de práticas discursivas, o que, por sua vez, está muito próximo do que Wittgenstein conceitua como jogos de linguagem:

[...] um conjunto de discursos em movimento, segundo um corpo de regras que, sendo socialmente autorizadas, anônimas e anteriores a qualquer conceituação explícita sobre si mesmas, comandam em nós, maneiras de perceber, julgar, pensar e agir (Veiga-Neto 2007, p.95).

E é sob esse amálgama de regras socialmente autorizadas pelos surdos que a cultura surda vem se tornando um imperativo conceitual, convidando-nos a perceber essas anônimas enunciações e a pensar e agir sobre elas. O conceito “cultura surda” vem se tornando um dispositivo que coloca em funcionamento uma série de fatores que hoje se constituem em uma norma, não mais tendo o ouvinte como centro, mas calcando-se em um padrão surdo essencialmente cultural.

No que tange a nessa discussão, a conceituação do termo cultura surda desdobra-se em inúmeras possibilidades e efeitos. A partir dos elementos apontados, podemos verificar inúmeras significações sobre este campo de saber que vem instituindo um saber sobre a cultura surda, particularmente, no tocante às relações entre formação discursiva/constitutiva do sujeito surdo.

Para encaminhamentos finais, acredito que qualquer campo de pesquisa deve voltar-se continuamente para as suas bases epistemológicas no sentido de uma constante revisão de condução do trabalho de pesquisa. Nesse sentido, vale lembrar que a memória cotidiana surda, os saberes locais, os blocos de saberes históricos tem como central nesse trabalho a linguagem instituindo verdade.

Nesse sentido, faz-se necessário retomar que o discurso cultural não se opõe a verdade ou ciência, mas justamente este trabalho se propôs a um exercício analítico de como esse conceito cultural surdo vem assumindo esse caráter de verdade, de ciência e de legimitidade. Obviamente não se esgota aqui as proposições que esse pulsante tema suscita nas comunidades surdas e que vem adentrando também os espaços e discussões acadêmicas.

O que considero pertinente é problematizar além da definição do conceito “cultura surda”, entender como essa lógica conceitual do termo vem impondo formas de ser surdo, de educar surdo, de criar seus filhos surdos, enfim, vem estabelecendo uma rede de conhecimentos e inclusive adentrando a conjuntura política efervescente.

Justamente pela história de lutas e resistências das comunidades surdas, essa forma de enunciação discursiva (saberesujeitados) vem tomando mais força e autenticidade corroborando para o entendimento teórico da cultura surda. O registro conceitual estabelece relação entre os saberes sistematizados e sujeitos, entretanto, entender a elaboração contextual dos saberes sujeitos foi muito interessante. Pareceu-me uniforme para os sujeitos surdos os pontos de vista sobre o termo central desse trabalho: sua cultura. Para Foucault (2002), esses os saberes desqualificados, não oficiais não estão em condições de poder para a ordenação teórica, mas diferem do saber comum por vivenciarem situações e experiências específicas do campo de saber em questão.

A cultura surda aparece como uma hipótese “autotrófica”, pois produz seu próprio alimento, é como se alimentassem-se de sua própria seiva para manterem-se vivos, ganhando assim, esses **saberes sujeitos** uma hierarquia de mérito por serem narradas pelo povo surdo.

Diante desses contornos, abrem-se inúmeras possibilidades de pensar e discutir o surgimento do conceito em questão, o interessante é colocar em discussão o factóide da cultura surda atravessada e constituída pelos saberes sujeitos, perceber a partir dessa incursão no plano conceitual os enredamentos constitutivos, familiares, educacionais que envolvem essa rede de saber.

REFERÊNCIAS

ANATER, G.I.P. Pensando em tradução cultural a partir do sujeito não-surdo. In: QUADROS, R.M. (org). **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008. p. 127-149.

BARROS, R. B. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007 – (Coleção Cartografias)

BAUDRILLARD, J. **Simulação e Simulacro**. Lisboa: Relógio d'água, 1991.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CANCLINI, N. G. **La Globalización: productora de culturas híbridas?** Acesso em: <http://www.hist.puc.cl/historia/iaspmla.html> (2005)

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais, desconectados**. RJ: Ed UFRJ

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**- Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores/ Edgardo Castro; tradução Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga Neto e Walter Omar Kohan.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORAZZA, S. M. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M.V. (org). **Caminhos investigativos I**: novos olhares na pesquisa em educação. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, p. 103-128

COSTA, J.R.M. Redesenhando uma pesquisa a partir dos Estudos Culturais. In: COSTA, M.V. & BUJES, M.I.E. (org). **Caminhos investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 85-116

COSTA, M. V. Mídia, magistério e política cultural. In: _____. (Org.). **Estudos Culturais em Educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 73-89.

_____. Novos olhares na pesquisa em educação. In: COSTA, M.V. (org).

Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, p. 13-22

CUNHA, P.M.A. Cenas do atendimento especial numa escola bilíngüe: os discursos sobre a surdez e a produção de redes de saber-poder. In: QUADROS, R.M.; PERLIN, G. (orgs). **Estudos surdos II.** Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 38-85.

DELEUZE, G. **Proust e os Signos;** Tradução de Antonio Carlos Piquet e Roberto machado- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003

DUHART, O.G. Narrativas e Experiências. In: BORBA, S.; KOHAN, W. (orgs). **Filosofia, aprendizagem, experiência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 195-208.

DUSCHATZKY, S.; SKLIAR, C. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (orgs.) **Habitantes de Babel:** políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 119-137.

FISCHER, R. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. In: **Educação e Realidade,** Porto Alegre, v. 22, nº. 2, jul/dez., 1997, p. 59-78.

FISCHER, M.R.B. Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. In: : COSTA, M.V. & BUJES, M.I.E. (org). **Caminhos investigativos III:** riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.117-143

_____. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, M.V. (org) **Caminhos investigativos II:** outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina- 2ª ed, 2007. p. 49-70

Foucault. M. As verdades e as formas jurídicas. **Cadernos PUC/RJ:** 6 (Letras e Artes), 1974

_____. **Em defesa da sociedade:** Curso no Collège de France (1975 - 1976). 1999. São Paulo, Martins Fontes

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** 1991. 9 ed. Petrópolis, Vozes.

_____. **A ordem do discurso.** 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação:** introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALLO, S. Sob o signo da diferença: em torno de uma educação para a singularidade. In: SILVEIRA, R.M.H. (org). **Cultura, poder e educação:** um debate sobre os estudos culturais. Canoas: Ed. ULBRA, 2005.

_____. **Deleuze & Educação.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº 2, jul/dez., 1997a, p.15-46.

_____. **Representation:** Cultural Representations and Signifying Practices. London: Sage, 1997b.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira LopesLouro. 10ª edição. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais/Stuart Hall; Orgs LivSovik; Tradução Adelaide La Guardia Resende...[et all]. 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, T.T. (orgs e tradução) **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006-3 ed. p. 07-132

KARNOPP, L.; LUNARDI-LAZZARIN, M.L.; KLEIN, M. **Produção, consumo e circulação da Cultura Surda Brasileira**. Projeto de pesquisa. Edital nº 07/2008. Capes/Minic. Programa Pró-Cultura, Registro GAP/UFSM, 2010.

KLEIN, M.; LUNARDI, M.L. Surdez: um território de fronteiras. In; **Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, nº 2, 2006, p.14-23.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T.T. (org). **O sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 19, jan./abr., 2002, p. 20-28.

_____. Desejo de realidade – experiência e alteridade na investigação educativa. In: BORBA, S.; KOHAN, W. (orgs.) **Filosofia, aprendizagem, experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 185-193.

LOPES, M.C. A natureza educável do surdo: a normalização surda no espaço da escola de surdos. In: _____; THOMA, A.S. (orgs). **A invenção da surdez: cultura, identidade, alteridade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 33-55.

_____.; VEIGA-NETO, A. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v.24, jul./dez., 2006, p. 81-100.

_____. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. In: SKLIAR, C. (org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação: 2005.p. 105-122.

_____. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: _____; HATTGE, M.D. (orgs). **Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 107-130.

LUNARDI, M.L. Inclusão/Exclusão: duas faces de uma mesma moeda. In: **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, v. 2, nº 18, 2001, p. 27-36.

_____. **Língua, cultura e identidade**: 2º semestre/ Márcia Lise Lunardi, Graciele Marjana Kraemer.-revisão pedagógica e de estilo Profª Ana Cláudia Pavão Silik...[ET all.].-1.ed.-Santa Maria: UFSM, Pró-Reitoria de Grad., CE, Curso de Graduação a Distância de Educação Especial, 2005.

LUNARDI-LAZZARIN, M.L.; CAMATTI, L. Retratos dos processos de in/exclusão dos sujeitos surdos: problematizações sobre os contornos da região centro-oeste/RS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2009, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: 2009. CD-ROM.

MACHADO, R. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

PADDEN, C.; HUMPHIRES, T. **Deaf in America**: voice from a culture. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

PERLIN, G. Surdos: cultura e pedagogia. In: Lopez, M.C.; THOMA, A.S. (orgs). **A invenção da surdez II**: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.63-84.

SANTOS, L. H. S. Sobre o etnográfico-turista e seus modos de ver. In: COSTA, M.V. & BUJES, M.I.E. (org). **Caminhos investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 09-22

SARDAGNA, H.V. Políticas de educação para todos: um imperativo nos sistemas de ensino. In: CORCINI, M.C.; DAL'IGNA, M,C. (orgs) **In/exclusão**: nas tramas da escola. Canoas: Ed. ULBRA, 2007. p. 173-188

SILVA, T.T. **O Currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p.73-102.

_____. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, 2004

_____. **Identidade e Diferença**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVEIRA, R.M.H. A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In: COSTA, M.V. (org) **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007. p. 117-138.

SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 24, nº 2, jul/dez., 1999, p.15-32.

_____. A materialidade da morte e o eufemismo da tolerância: duas faces, dentre as milhões de faces, desse monstro (humano) chamado racismo. In: GALLO, S.; SOUZA, R.M. (orgs). **Educação do preconceito**: ensaios sobre poder e resistência. Campinas: Alínea, 2004. p. 69-90.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

STUMPF, M.R. Mudanças estruturais para uma inclusão ética. In: QUADROS, R.M. (org). **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008. p. 14-29.

THOMA, A.S. **O Jogo da flutuação das representações e dos discursos dos textos cinematográficos e dos textos surdos**: que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: FAGED/PPGEDU, 2002.

_____. A inversão epistemológica da anormalidade surda na pedagogia do cinema. In: LOPES, M.C.; _____. (orgs). **A invenção da surdez**: cultura, identidade, alteridade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 56-69.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: CASTELO BRANCO, Guilherme;

PORTOCARRERO, Vera (orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 179-217.

_____. Incluir para excluir. In: LARROSA, J; SKLIAR, C. (orgs). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

_____. Olhares... In: COSTA, M.V. (org). **Caminhos investigativos I**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 23-37.

_____. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, M.V. **Estudos Culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura e cinema. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2004. p. 37-72.

_____. Cultura e Natureza; cultura e civilização: precauções quase metodológicas. In: SOMMER, L.H., BUJES, M.I.E. (orgs). **Educação e cultura contemporânea**: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens. Canoas: Editora da Ulbra, 2006. p. 305-315.

_____. **Foucault & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WITTEGENSTEIN, L. **Tratado lógico-filosófico e investigações filosóficas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

WORTMANN, M.L.C. Dos riscos e dos ganhos de transitar nas fronteiras dos saberes. In: : COSTA, M.V. & BUJES, M.I.E. (org). **Caminhos investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 45-68

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ANEXOS

Anexo A - Glosa das perguntas direcionadas aos entrevistados

Glosa

Escrita em Português na estrutura/sequência da Libras:

- Antes surdo pouco contato, informação. Agora movimento, surdo, lei, etc....Como história acontece cultura surda? Cultura surda produção, disseminação, como?
- Antes cultura surda como mostra?
- Mais ou menos, anos antes cultura surda acontece, desenvolve, processo aumenta, tempo quantos anos passado?
- Você criança antes tem cultura surda? como? como você encontra cultura surda, percebe como?
- Surdos antigos passado, como cultura surda? Tinham?
- Ouvinte pode adquirir ou ter (dentro) cultura surda? Como? Explica
- Momento ensino (direcionar os espaços) você explicando cultura surda, sinalizando aula, você ensina mais importante tema cultura surda o que?
- Hoje escola tem cultura surda?
- Você pensa cultura surda explica significa o que?
- Exemplo surdo quer conhecer cultura surda onde pode vai tem lugar, surdo admirando olha cultura surda aprende. Onde?
- E ouvinte ? Exemplo ouvinte quer conhecer cultura surda onde pode vai tem lugar, ouvinte admirando olha cultura surda aprende. Onde?
- Ano 2011 tem festival pro-cultura: arte, vídeo, teatro, tudo cultura surda tema. Você acha cultura surda é material, arte, artefatos, SW, ou cultura surda é sentimento, dentro sente?
- Como percebe pessoa (indivíduo) tem cultura surda. Exemplo olha pessoa e diz: Ele cultura surda forte. Como percebe?
- Surdos explicam tem experiência surda, só surdo sente. O que é experiência surda? Por que dizem ouvinte não sente, só próprio surdo. O que explica experiência surda?
- Agora fim pensa palavras combinam cultura surda. Cultura surda tema, explica cinco palavras combinam cultura surda.

Anexo B - Crédito a arte visual

A idéia e o conceito de todas as imagens são de autoria de Anie Pereira Goularte Gomes, porém a seguir seguem os devidos créditos aos artistas que executaram, criaram e produziram a arte gráfica das imagens:

Édipo Quevedo Dos Santos

Figuras das páginas: 09, 49, 53, 60, 63, 65, 68 e 89

Diogo Souza Madeira

Figuras das páginas: 30, 35, 72 e 85